

O Brasil privatizado II

O assalto das privatizações continua



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Aloysio Biondi

BRASIL URGENTE

NÃO RIA, CHORE - Que tal você comprar uma rede de lanchonetes ou uma rede de postos de gasolina para pagar em dez anos, a preço de banana – pois o antigo dono resolveu vender porque estava, segundo as más línguas, precisando de dinheiro? E depois, daí a dois ou três anos, o vendedor – tão bonzinho, tão bonzinho, sem ter recebido ainda as prestações de oito ou sete anos – oferecer dinheiro emprestado, muito dinheiro, a juros baixíssimos, de pai para filho, para você comprar os concorrentes e ficar sozinho no mercado? Absurdo? Afinal, o vendedor não estava quebrado? Não ria. Chore. Foi isso que aconteceu no Brasil, com a venda de empresas estatais a grupos privilegiados.

Quer dizer: o governo dizia que o Tesouro estava quebrado, usava essa desculpa para doar as estatais e depois arrumava dinheiro para os “compradores”. Ou seja, é a mesma coisa que você, depois de comprar as lanchonetes e postos de gasolina, ainda receber a visita do vendedor que, tão otário, tão otário, vem oferecer novo empréstimo para ampliar os negócios...

“EM CINCO OU SEIS ANOS, CLONES MALDITOS DOS INTELLECTUAIS DE ONTEM DESTRUÍRAM O QUE HAVIA SIDO CONSTRUÍDO AO LONGO DE DÉCADAS. DESTRUÍRAM MAIS. DESTRUÍRAM O SONHO, A ALMA NACIONAL.”



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



Aloysio Biondi

O Brasil privatizado II

O assalto das privatizações continua

3ª reimpressão



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Nota do Editor

Este volume contém o texto integral da primeira edição desta obra, publicada em setembro de 2000.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Hamilton Pereira (presidente) – Ricardo de Azevedo (vice-presidente)
Selma Rocha (diretora) – Flávio Jorge Rodrigues da Silva (diretor)

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Flamarion Maués

EDITORA ASSISTENTE
Candice Quinelato Baptista

ASSISTENTE EDITORIAL
Viviane Akemi Uemura

SELEÇÃO DE TEXTOS E ORGANIZAÇÃO
Antônio Biondi – Flamarion Maués

REVISÃO
Maurício Balthazar Leal – Márcio Guimarães de Araújo

CAPA, ILUSTRAÇÕES E PROJETO GRÁFICO
Gilberto Maringoni

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Augusto Gomes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Biondi, Aloysio, 1936-2000.

O Brasil privatizado II: o assalto das privatizações continua / Aloysio Biondi. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção Brasil Urgente)

Bibliografia
ISBN 85-86469-38-6

I. Privatização – Brasil I. Título. II. Título: O assalto das privatizações continua. III. Série.

03-4577

CDD-338.9250981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Privatizações: Política econômica: Economia 338.9250981

1ª edição: setembro de 2000

3ª reimpressão: agosto de 2003

Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224 – CEP 04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

Na Internet: <http://www.efpa.com.br> – Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Copyright © 2000 by Espólio de Aloysio Biondi
ISBN 85-86469-38-6

Sumário

<u>Prefácio – Antônio Biondi</u>	5
--	---

Homenagem

Aloysio Biondi, doutor em tudo, por <i>Washington Novaes</i>	8
---	---

<u>Queremos o Brasil de volta</u>	11
---	----

A morte da alma nacional	11
O pesadelo do Real	15
Queremos o Brasil de volta	18
Grato por me assaltares	20
A Vale do Rio Doce, retrato de um país	22
Que não se repita em 2000	25
A “bomba” do ano	26
A hora do Congresso	28
O Congresso e os palhaços	29

<u>O petróleo é deles</u>	32
---------------------------------	----

Você não acha errado?	32
O petróleo é deles	34
Depois do petróleo, o dilúvio	35
A Mega-Mega Sena do petróleo. Roubada.	38
Emprego e crescimento, promessas	41
O silêncio das oposições	43
O petróleo (até que enfim) é deles	44
O Riocentro da Petrobrás	47
Um escândalo tenebroso	51
E lá se vai o petróleo	53
Aplausos e CPIs	55

Energia, o caos programado	57
Era uma vez um clone	57
Por detrás das notícias	59
Diferença entre Covas e Itamar	60
A sua casa, sem luz	62
Bancos e “rombos”	64
Bancos e truques	64
Privatização, a falsa saída	66
“Rombos”, Covas e os paulistas	68
Nosso dinheiro pelo ralo	70
Cusparada nos paulistas	71
Os gerentes desonestos	73
O Congresso desperta	74
Direitos na lata do lixo	75
As provas do crime	77
O “rombo” da Caixa	78
Como falsificar balanços	80
Pedágios e deboches	82
Afinal, somos coitadinhos?	82
O ministro e os imbecis	84
Pedágios e deboches	85
Crime sem castigo?	87
Eles são despreocupados	88
Hora de descruzar os braços	90
Hora de descruzar os braços	90
Mudança e esperança	94

Prefácio

A publicação de *O Brasil Privatizado II: O assalto das privatizações continua* poderia ser justificada de várias formas. A mais imediata seria simplesmente dizer: “O Aloysio já havia acertado com a Editora Fundação Perseu Abramo uma continuação do primeiro. Além disso, ele até já preparara um roteiro, apontando os temas que seriam abordados, e estava pronto para começar o trabalho” – o que é verdade.

Poderíamos também lembrar que o tema continua a ser de importância fundamental na discussão da política econômica, dos rumos e do futuro do país. Embora muita coisa tenha mudado após *O Brasil Privatizado – Um balanço do desmonte do Estado*, publicado em abril de 1999, várias distorções no processo de privatização foram mantidas. O favorecimento a grupos específicos; a utilização de recursos do BNDES; os prejuízos que o governo, “o povão, a classe média, os agricultores”, como dizia Biondi, tinham com o “saneamento” das empresas que eram privatizadas; a importação maciça de peças por parte das multinacionais que “compravam” as estatais; as remessas de lucro para o exterior. Todas essas características do processo, que se mantiveram praticamente inalteradas, o autor pretendia discutir neste segundo livro – mais especificamente com relação ao setor energético, sobretudo no que diz respeito ao petróleo, e aos bancos estatais.

A necessidade da publicação, seja do ponto de vista profissional, seja sob a ótica da pertinência do assunto, não justificaria de todo, porém, que esse volume chegasse a público.

Além de continuação do primeiro trabalho, *O Brasil Privatizado II* tem como principal justificativa realizar uma homenagem a Biondi. Homenagem essa em parte bastante difícil, pela qualidade e quantidade de artigos que ele escrevera sobre o tema após o livro inicial. Pela ausência do jornalista, amigo e pai. Pela dificuldade em se trabalhar sem ele e, ao mesmo tempo, tentar pensar um pouco como ele, imaginar como ele gostaria que o livro fosse, que tabelas montaria, como analisaria os dados, como relacionaria as informações. Não nos demos o direito de fazer tais análises, sabíamos-nos incapazes. Haveria, aliás, alguém capaz de realizar esse trabalho como ele?

Contentamo-nos em fazer uma coletânea de artigos sobre o tema, mas entendemos que a homenagem não seria plena se não trouxesse textos do autor que revelassem mais sobre sua relação com o Brasil, com nosso povo, com a vida. Que revelassem algo mais sobre quem era Aloysio Biondi.

O livro tem também um pouco essa função, sobretudo sua primeira parte. Mostra muito do sonho que Biondi nutria em relação ao país – o sonho sempre presente nas palavras do mestre Celso Furtado – e que se revelava em cada artigo de Aloysio, em cada ação, em cada gesto.

Mostrava-se nas mais de 14 horas, 16 horas que chegava a trabalhar diariamente. Na alimentação, ora leve, regrada, como um caldo de fubá – para não causar moleza e diminuir o ritmo frenético de trabalho –, ora nem tão regrada, como um cachorro-quente na rua – para conciliar com a pressa, com a dificuldade financeira ou com a desorganização passageira. Tudo isso está presente, e escondido, em cada artigo do livro.

Artigos também nascidos, por exemplo, da constatação do descalço do governo com os bancos estatais, revelado até no tamanho das filas que se avolumavam em diversas agências do Banco do Brasil. Textos surgidos a partir dos pedágios que brotavam nas rodovias privatizadas entre Campinas e Aguai, em São Pau-

lo, e que ele tinha de enfrentar toda vez que ia a São José do Rio Pardo, sua cidade de criação. Além das estradas – onde nem sinal das melhorias prometidas se via –, Biondi indignava-se com a cebola despejada na beira da estrada: “Descaso do governo com o agricultor”.

Aloysio viajava pelo país quase sempre por terra não só pelo medo que nutria por voar. Muitas vezes, seus longos “passeios” de ônibus justificavam-se de forma mais forte. Em certas ocasiões, era o único momento que possuía para ler seus jornais, atualizar sua leitura, seus dados, seus inseparáveis recortes. Sem suas leituras cotidianas e sem essa atualização, seria impossível Biondi apontar, com tanta antecedência, a importância que o petróleo desempenharia no atual momento da economia mundial. Seria impossível explicitar, também, a importância dos poços descobertos pela Petrobrás na Bacia de Campos. Sem seus recortes sobre o assunto, contaria somente com uma preocupação antiga, surgida de suas leituras de Monteiro Lobato.

Todos esses artigos, todas essas questões, só serão capazes, porém, de explicar em parte quem foi Aloysio Biondi. Sua indignação, sempre lembrada, é insubstituível, única. Assim como é impossível explicar sua essência, que era a alegria com que vivia e que foi, muitas vezes, esquecida por aqueles que dele lembravam.

Sua força, sua alegria de viver, sua capacidade de procurar ver as coisas por um lado positivo, de buscar enxergar perspectivas, jamais poderão ser entendidas na plenitude sem sua presença. Além da leitura do livro que aqui apresentamos, lembrando de tudo o que Biondi foi e será, cumpre a nós, agora, cobrir parte do vazio deixado. Reconhecer sua ausência e torná-lo presente por meio de toda essa força que ele nos deixou. Daqui para frente, a melhor forma de dar continuidade a seu trabalho, a sua força, será sermos todos um pouco Aloysios. Tarefa difícil, mas fundamental.

ANTÔNIO BIONDI
Setembro de 2000

Homenagem

Aloysio Biondi, doutor em tudo*

Washington Novaes

Jornalista e ambientalista.

Com Aloysio Biondi desaparece um tipo raro de jornalista – competente, experiente, apaixonado, detentor de um acervo impressionante de informações sobre o Brasil e, principalmente, sobre a sua economia. Ao mesmo tempo, extremamente pessoal, distante de ideologias, refratário a grupos, poderes, conveniências, meios-terminos. Nada disso o prendia nem ditava sua conduta jornalística – seguia apenas sua consciência, ao preço que fosse.

Sempre foi assim. Conheci-o em 1956, quando fiz teste para revisor da *Folha da Manhã*, mãe da atual *Folha de S. Paulo*. Por estranho que pareça, ele era subchefe da Divisão de Sucursais, Correspondentes e Representantes, à qual a revisão era subordinada. E era ele quem supervisionava os testes.

Um mês depois, chamou-me para trabalhar como redator de notícias do interior do Estado – uma pedreira, já que nos obrigava a tornar interessantes informações passadas em meia dúzia de linhas pelos correspondentes. Aloysio era rigorosíssimo, mandava reescrever muitas vezes a mesma notícia – que tinha de sair clara, elegante, impecável, sem gerúndios.

Embora muito moço – tinha pouco mais de 20 anos nessa época –, já era apontado como prodígio desde sua cidade de origem, São José do Rio Pardo (260 km ao norte de São Paulo)**, onde assombrou uma banca julgadora com seus conhecimentos sobre Euclides da Cunha e *Os Sertões* na olimpíada literária que se realizava todos os anos em homenagem ao escritor, que viveu ali um tempo.

Na *Folha* também era considerado um prodígio. Mário Mazzei Guimarães, então redator-chefe, admirava-se com a qualidade dos editoriais que Aloysio produzia sobre temas do interior do Estado, revelando um conhecimento e uma maturidade que seriam sua marca pela vida afora.

Depois, correu mundo, muitas redações, voltou à *Folha* com Cláudio Abramo, mudou-se para o Rio, onde nos reencontramos – em uma das muitas vezes – na revista *Visão*. Saímos de lá por causa de um atrito com o jovem então ministro da Fazenda, Delfim Neto, a quem Aloysio, como editor de economia, criticava duramente pela política de abertura desregrada das importações e pelo endividamento externo. Já então o país sofria com essas coisas e Aloysio não se conformava, enfurecia-se com cada número que descobria.

Fomos, juntos, fundar uma revista econômica – *Fator* – que só durou três números, sufocada pelo Ato Institucional nº 5. Na capa do primeiro número, uma foto do ator Joel Barcellos com a boca entupida de dólares. Feroz, como Aloysio, que a planejara.

Reencontramo-nos no *Correio da Manhã*, onde fizemos juntos o “Diretor Econômico”, um caderno diário, de muito êxito e vida breve, tais as resistências que levantou no governo e em outras áreas.

Aloysio voltou para São Paulo, onde fez um longo périplo por redações, ora como editor de economia, ora como diretor de redação. Sempre com o mesmo estilo, a mesma flama.

Em uma de suas passagens pela *Folha*, travou memorável polêmica com os chamados “economistas de esquerda”, inconformados porque em plena ditadura ele escrevia e teimava, fiel a suas informações e interpretações, que a economia brasileira estava se recuperando da crise do endividamento do início dos anos 1980.

Até de “louco” foi chamado. E por escrito. O tempo provou que a razão estava com ele.

Teve duas passagens breves por Goiânia – outros reencontros, outras tentativas de enxergar o Brasil de outras formas, de outros ângulos, outras abrangências –, como teve outras passagens por outras redações paulistas. E por uma coluna semanal na *Folha*, que marcou época por sua coragem, independência e lucidez – apontando solitariamente desde o início, por exemplo, os erros que vão enalacrando o atual governo federal.

Seu testamento talvez seja o pequeno e formidável livro sobre as privatizações [*O Brasil privatizado*], em que, baseado no seu fantástico acervo pessoal de informações e na prodigiosa memória, dissecou os erros do processo, os favorecimentos inaceitáveis, os prejuízos para o país e para os cidadãos que, com seu esforço, ao longo de décadas, construíram o patrimônio alienado.

A Fundação Cásper Líbero, onde ensinava jornalismo nos últimos tempos – para alegria de tantos jovens –, em boa hora lhe concedeu um título de doutor, pelo “notório saber”. Era, de fato, doutor em jornalismo, doutor em economia, doutor em Brasil, doutor em dignidade.

Fará uma falta enorme. Como jornalista. Como cidadão. Como pai. Como professor. Como amigo alegre que gostava de cantar nas noites boêmias. Muito raramente, até voltava ao piano da juventude, às vezes para acompanhar sua linda filha Beatriz, minha afilhada querida.

Acreditem ou não, eu lia o jornal na manhã de ontem quando me assustei com um beija-flor perdido, que entrara de súbito e se debatia com os vidros da janela do meu escritório em Goiânia. Foi exatamente na hora em que o Aloysio morreu. Era ele, tenho certeza.

(*) Artigo publicado na *Folha de S. Paulo* em 22/07/00.

(**) Aloysio Biondi nasceu em Caconde (São Paulo), mas foi criado desde cedo em São José do Rio Pardo.

Queremos o Brasil de volta



A morte da alma nacional

Bundas, nº 13, 7 a 13/09/99

Reverencialmente, peço licença ao mestre Celso Furtado para repeti-lo: “Nunca estivemos tão distantes do país com que sonhamos um dia”. Uma pequena frase. Capaz, porém, de detonar um turbilhão de lembranças, emoções e expectativas, dos dias em que o Brasil era um país e tinha sonhos. Um povo que sonhava virar Povo. Estudantes, intelectuais, empresários, trabalhadores, agricultores, classe média envolvidos no debate pelo desenvolvimento, conscientes, todos, de que havia um preço a pagar, resistências a enfrentar. Inimigos, interesses externos a vencer. Um país com alma, sonhos.

Durante 40, 45 anos, houve crises de todos os tipos. Mas havia o amanhã, a promessa do amanhã. A busca do amanhã. Um lugar no mundo. Na década de 1950, com a economia resumida praticamente a café, açúcar, algodão e outros produtos agrícolas, o país lançou-se à loucura de buscar a industrialização. Sem dólares para importar máquinas e equipamentos, pois os preços dos produtos agrícolas estavam de rastros no mercado mundial, estrangulando países pobres como o Brasil. Mesmo assim, o país ousou. Era a época em que os intelectuais e formadores de opinião escreviam livros, artigos, teses sobre e contra as políticas de estrangulamento que os países ricos impunham a países como o Brasil. Ou faziam músicas, peças teatrais, filmes sobre a realidade brasileira. Reforçavam a alma brasileira. O sonho realizável. Será que dona Ruth Cardoso se lembra disso?

Chegou a década de 1960 e, com ela, o golpe militar inspirado pelos Estados Unidos, desvios de rota que, no entanto, não conseguiram enterrar de vez os sonhos de construção de um país... A alma nacional resistia. Veio a crise do petróleo, no começo dos anos 1970, e o país, que produzia 130 mil barris por dia e consumia 1,3 milhão de barris por dia, mergulhou novamente no abismo da falta de dólares, na recessão, no avanço da miséria.

Um país “quebrado”, com total falta de dólares, mas que insistia em sonhar com um amanhã. Em nome desse sonho, novamente, a população pagou a conta. O governo contraiu dívidas fabulosas, criou impostos, apertou o cinto e o crânio dos brasileiros, para canalizar o dinheiro disponível dos impostos ou empréstimos para montar indústrias capazes de fornecer produtos que ainda eram importados, de aço a alumínio, de celulose a petroquímicos, de máquinas a sistemas de telecomunicações. Substituir importações para economizar dólares, necessários para a compra do petróleo, ainda não descoberto em grande escala no território brasileiro.

Para atender a todas essas novas indústrias, era preciso também construir usinas, as Itaipus, rodovias, ferrovias (o Brasil chegou a produzir 5 mil vagões por ano, com encomendas do governo), sistemas de telecomunicações. Mais apertado de cinto, mais impostos, menos dinheiro para as questões sociais, nunca esque-

cidas nem mesmo nos debates e escritos dos economistas ou de empresários. Mas havia a esperança do amanhã. O sonho, de que fala mestre Furtado, de um país economicamente forte exatamente por dispor de todos os recursos naturais para isso, mas também capaz, ao atingir esse estágio, de maior justiça social, de extinção da miséria. Habitado por um Povo. Orgulhoso de si. Solidário, porque se reconhecendo no outro.

No começo dos anos 1990, o sonho estava ao alcance da mão, o Amanhã chegava. O Brasil conquistara uma posição entre as dez maiores economias do mundo. Melhor ainda: o Brasil nadava em dólares, porque era capaz de realizar exportações muito maiores do que as importações. Poucos se lembram disso hoje, mas o Brasil tinha um dos maiores saldos comerciais positivos (exportações menos importações) do mundo, na casa dos 10 bilhões a 15 bilhões de dólares por ano. Tinha dólares seus, não precisava mais de empréstimos ou de capital das multinacionais para realizar investimentos e manter a economia em expansão para criação de empregos e solução dos problemas do seu Povo.

Foi ontem, e está tudo tão distante. A serviço de outros países, o governo escancarou o mercado às importações e às multinacionais. Feiticeiros malditos transformaram o saldo positivo da balança comercial em um “rombo” permanente, deram vantagens na cobrança de impostos sobre a remessa de juros e de lucros, estimulando o envio de dólares para o exterior, elevaram os juros para cobrir os rombos criados, “quebraram” assim a União, os estados, os municípios. Destruíram a indústria e a agricultura.

Em cinco ou seis anos, clones malditos dos intelectuais de ontem destruíram o que havia sido construído ao longo de décadas. Destruíram mais. Destruíram o sonho, a Alma Nacional. O que somos hoje? Um quintal dos países ricos? Não. Somos um curral. Bovinos ruminando babosamente enquanto o vizinho do lado, o trabalhador, o funcionário público, o aposentado, o agricultor, o empresário, todos, um a um, são arrastados para o grande mata-douro em que o país se transformou, com suas mil formas de abate como o desemprego, os cortes na aposentadoria, as falsas reformas do funcionalismo, a falência, as importações. Bovinos rumi-

nando no curral, enquanto empresas de todos os portes são engolidas por grupos estrangeiros e até o petróleo, ou os campos mais fabulosos de petróleo do mundo, com poços capazes de produzir 10 mil barris por dia, cada um, são entregues a preço simbólico às multinacionais.

Em cinco anos, o governo Fernando Henrique Cardoso não destruiu apenas a economia nacional, tornando-a dependente do exterior. Seu crime mais hediondo foi destruir a Alma Nacional, o sonho coletivo. Para isso, e com a ajuda dos meios de comunicação, jogou o consumidor contra os empresários nacionais, “esses aproveitadores”; o contribuinte contra os funcionários públicos, “esses marajás”; o pobre contra os agricultores, “esses caloteiros”; a opinião pública contra os aposentados, “esses vagabundos”.

No governo FHC, o brasileiro foi levado a esquecer que, em qualquer país do mundo, a sociedade só pode funcionar com base em objetivos que atendam aos interesses e necessidades de todos – ou, mais claramente, não se pode, por exemplo, ter uma política de importação indiscriminada, a pretexto de beneficiar o consumidor, sem provocar desemprego e quebra de empresas. Ou, a longo prazo, desemprego generalizado.

Com o jogo perverso de estimular a busca de pretensas vantagens individuais, o governo FHC destruiu a busca de objetivos coletivos. Destruiu a Alma Nacional, o Projeto Nacional. A violenta desnacionalização sofrida pelo Brasil em sua economia vai eternizar a remessa de lucros, dividendos, juros para o exterior. Isto é, vai torná-lo totalmente dependente da boa vontade dos governos de países ricos em fornecer dólares e, portanto, de ordens e autorizações desses governos de países ricos. Uma espécie de colônia, mesmo, como alertou o economista Celso Furtado, em palestra que encerrou com sua frase, arrasadora para quem viveu o Brasil de 1950 para cá: “Nunca estivemos tão distantes do Brasil com que um dia sonhamos”. Mesmo sem tê-lo consultado a respeito, uma sugestão: escreva a frase de Furtado em um pedaço de papel e a releia todos os dias. Ou faça decalques com ela. Sugira que seus amigos façam o mesmo. E comece a agir. Ainda há tempo de ressuscitar a Alma Nacional, antes que o Brasil vire colônia.

O pesadelo do Real

Folha de S. Paulo, 27/06/99

A Cemig [Centrais Elétricas de Minas Gerais], estatal mineira da área de energia, foi parcialmente privatizada, com a venda de um terço de seu capital a um grupo norte-americano. Ela teve um lucro de 390 milhões de reais no ano passado. Vai aplicar esse dinheiro em projetos de expansão? Não. Vai entregar nada mais nada menos de 97,5% daquele valor aos seus acionistas, sob a forma de dividendos. Uma decisão do grupo norte-americano que, apesar de possuir apenas um terço das ações da empresa, passou a tomar todas as deliberações, graças a um acordo de acionistas adotado pelo governo FHC na privatização de várias estatais. Obviamente, o grupo norte-americano remeterá sua parte para a matriz.

A indústria Dako produzia há décadas fogões populares, de baixo preço, dominando esse mercado com centenas de milhares de unidades vendidas a cada ano. Foi comprada por um grande grupo multinacional, e os fogões, embora simplérrimos, sem nenhuma “sofisticação tecnológica” (sempre usada como pretexto para justificar a chegada de múltis e suas importações), passaram a utilizar 100% de peças importadas. As exportações das multinacionais da área automobilística caíram 50% a 60% neste ano, enquanto as exportações do setor, no México, cresceram 20% – e, atenção, as exportações das empresas automobilísticas coreanas para os Estados Unidos avançaram de 30% a 40%.

Os casos da Cemig, da Dako, da indústria automobilística, meros exemplos do que acontece em todas as áreas da economia, mostram uma brutal realidade para a qual a sociedade brasileira ainda não acordou: o Brasil já se tornou um país inviável. Voltou a ser o mesmo país da década de 1950, preso na armadilha do chamado estrangulamento cambial, isto é, incapaz de “produzir” os dólares de que precisa para pagar suas importações e demais compromissos com o exterior. Qualquer outra avaliação do Plano Real, a esta altura, é absolutamente ociosa: o Brasil já está com o futuro comprometido. Já foi colocado em um “beco

sem saída” pela política de terra arrasada a que se deu o nome de Plano Real.

Sem futuro

Há cinco anos, as multinacionais instaladas no país remetiam de 600 a 700 milhões de dólares, como lucros e dividendos, para suas matrizes. Por ano. No mês passado, essas mesmas remessas chegaram aos 580 milhões de dólares, isto é, em um único mês, tanto quanto se mandava para o exterior em um ano. Resultado: as remessas chegaram hoje aos 6 bilhões ou 7 bilhões de dólares anuais, ou dez vezes mais que a cifra de épocas recentes. Um salto equivalente, de dez vezes, aconteceu com as remessas de dólares para pagar a “tecnologia” comprada pelas multinacionais, que passaram dos 160 milhões para 1,7 bilhão de dólares por ano. Todos esses “rombos”, note-se, somente devem crescer nos próximos anos, já que mal começou, por exemplo, a remessa de lucros das múltis que compraram as estatais do setor de energia elétrica ou telefonia...

E já que a recessão reduziu por ora os lucros das múltis que compraram as Dakos, as redes de supermercados, as pequenas fábricas de rações, de salsichas e outros produtos altamente sofisticados como esses... Enquanto economistas e líderes empresariais mergulhavam no falso debate em torno da “âncora cambial e de juros”, um fenômeno permanente, a desnacionalização – e o conseqüente estrangulamento cambial –, avançava tragicamente, afundando o país em problemas insolúveis. É essa questão que a sociedade, lideranças políticas e empresariais precisam discutir com urgência.

De mãos atadas

As remessas de dólares, como visto, explodem. As importações não caem, por causa das múltis que compram até as peças de fogões populares. As exportações não sobem, exatamente porque as matrizes das multinacionais determinam qual a filial, de

que país, vai abastecer determinada região do mercado mundial (ao contrário das empresas nacionais, como no caso da Coréia, que defendem os interesses do seu próprio país, isto é, brigam para exportar porque sabem que seu país precisa dos dólares da exportação...).

Nunca houve um Plano, Real ou com qualquer outro nome, no governo FHC. Houve uma intenção de estabilizar a moeda, que deu certo até por motivos acidentais. O que houve, realmente, foi a brutal e estúpida adoção do chamado modelo neoliberal, com o escancaramento da economia e a destruição de todos os mecanismos capazes de proteger a produção nacional. Nem a agricultura escapou dessa política de terra arrasada, arruinando-se os agricultores com a extinção da política de compra de colheitas e garantia de preços mínimos. Neste exato momento, os preços do feijão estão 60% mais baixos que no ano passado e as cotações do arroz 15% inferiores... Nem renda agrícola, nem consumo para reduzir a recessão, como o governo e os analistas polianas previam e insistem em prever... Um otimismo delirante que, seguramente, foi uma das grandes pragas que assolaram o Brasil nos últimos anos, com previsões de resultados favoráveis que nunca se concretizaram, oriundas não apenas de figuras do governo como Pedro Malan, Antônio Kandir, Gustavo Franco, mas também de líderes empresariais e políticos, absolutamente sabujos, além obviamente dos auto-intitulados “analistas técnicos”, também conhecidos como jornalistas chapa-rosa.

Autênticos polianas, por conveniência ou incompetência, que falam em resgate da “credibilidade do país”, fingindo não estar vendo que, nos empréstimos obtidos pelas empresas e pelo governo brasileiro nas últimas semanas, os bancos estão cobrando as maiores taxas de juros de todos os tempos. Segundo dados que o próprio Banco Central divulgou esta semana, em maio esses empréstimos arcaram com uma “sobretaxa” de 7,68%, acima das taxas de juros do governo dos Estados Unidos. No ano passado, essa sobretaxa era de 3,76%. Essa duplicação é o termômetro exato da desconfiança dos banqueiros em relação ao Brasil. Na última terça-feira, a Celesc fechou um empréstimo com a taxa

em exorbitantes 16,5%... Onde o Brasil vai buscar dólares para pagar esses níveis de juros, sobre uma dívida de 250 bilhões de dólares? O Real foi um delírio otimista. Que vai virar um pesadelo. Permanente.

Queremos o Brasil de volta

Bundas, nº 28, 21/12/99 a 03/01/00

Está todos os dias nos jornais: empresas telefônicas recompram suas ações, energéticas recompram suas ações, siderúrgicas recompram suas ações... O que isso vai provocar na vida dos brasileiros comuns? O que isso vai trazer para o país? Resposta: o atoleiro final. O extermínio do povo brasileiro. A menos, é claro, que o Congresso acorde – e imponha limites à ação do presidente Fernando Henrique.

Em português claro, qual o significado dessas “recompras de ações”? Como sempre, é muito simples. Os grupos multinacionais, nos “leilões de privatização”, na verdade compraram só 15%, 20%, 30% das ações das antigas estatais, isto é, passaram a ser donos somente de uma “fatia” de 15%, 20%, 30%. Logicamente, passaram a ter direito, também, a “fatias” equivalentes, de 15%, 20%, 30% dos lucros – que remetem, em dólares, para suas matrizes lá fora.

Agora, o que está acontecendo? Esses grupos, que “compraram” o direito de mandar nas estatais, estão fazendo propostas maciças para comprar as ações de milhares, ou dezenas de milhares, de pequenos, médios, grandes acionistas, isto é, cidadãos brasileiros que possuíam essas ações, alguns deles há muitos e muitos anos. Então, é isso: “recompra”, no caso, é apenas uma expressão técnica, ou malandragem, para dizer que a empresa, ou o grupo controlador, está comprando “de volta” ações que o público havia adquirido ao longo do tempo.

Isso é uma catástrofe, a médio prazo. Um suicídio, a médio prazo. Não há nenhum exagero na afirmação. Basta fazer contas. É preciso fazer contas. O Congresso precisa fazer contas, para tirar o país desse caminho suicida. Veja-se bem: as remessas de lucros

e dividendos das multinacionais para as matrizes não passavam dos 700 milhões (com eme) de dólares, no começo dos anos 1990. Com o início da abertura da economia, no governo Collor, elas passaram para a faixa de 2,4 bilhões no começo do mandato de FHC. Em 1997, já haviam chegado aos 7 bilhões de dólares, isto é, triplicado no governo FHC e crescido dez vezes em relação aos valores históricos.

Esses números em si já são alarmantes. E, o que é pior, eles deverão avançar ainda mais explosivamente daqui para a frente, puxados pelo ritmo das privatizações, com as estatais entregues a grupos estrangeiros – e pelo processo de desnacionalização da economia em geral. As perspectivas já eram sombrias, com uma sangria de bilhões de dólares todos os anos, para todo o sempre, colocando o Brasil na posição de colônia obrigada a encher os cofres da Corte e sujeita a retaliações, sanções quando não conseguisse quitar os compromissos – isto é, sujeita a crises e recessões periódicas.

Pois o futuro está ficando ainda mais negro. É uma questão de aritmética, como qualquer criança pode ver: se a situação já era insustentável com remessas de 15%, 20%, 30% dos lucros, o que acontecerá com remessas de 80%, 90%, 100%, como resultado da “recompra” de ações nessa proporção? O governo FHC está cego. Ou não. O Congresso precisa intervir, estabelecendo limites para essa desnacionalização das ex-estatais.

Além da sangria de dólares, esse processo tem outra conseqüência trágica para o futuro do país: por incrível que pareça, ele agrava a já terrível concentração da renda, ou eterniza a pobreza e a miséria no país, impedindo também o crescimento econômico, a criação de empregos etc., em um círculo vicioso interminável. Como assim? Basta olhar o que acontece nos Estados Unidos e nos países ricos em geral: milhões de famílias de classe média e trabalhadores possuem ações, e parte de sua renda vem dos dividendos pagos por essas empresas, ou mesmo da valorização dessas ações nas Bolsas. Isto é, a população compartilha os resultados do funcionamento da economia, dos negócios das empresas. Não custa lembrar que o surto de prosperidade dos Estados Uni-

dos é atribuído, em grande parte, ao “enriquecimento” das famílias, nos últimos três anos, em função da alta nas Bolsas, levando o consumidor a um forte consumismo com base nessa “renda extra”.

No Brasil está ocorrendo o contrário. O povo brasileiro, os milhões de acionistas estão sendo expulsos das empresas construídas com o trabalho nacional. Todas as fontes de produção, todas as fontes de riqueza, estão ficando nas mãos de grupos multinacionais – que, veja-se só a imensa contradição esquecida, têm milhões de acionistas em seus países.

Tudo o que está acontecendo no Brasil, no governo FHC, é exatamente o contrário do que ocorre no resto do mundo. O país está sendo literalmente escravizado pelas Cortes. O povo brasileiro está sendo literalmente escravizado para produzir lucros para os povos dos países ricos. Para não ficar nenhuma dúvida sobre esse relacionamento Corte-Colônia: há três semanas, foi instalada na Espanha uma Bolsa de Valores “especial”, anexa à Bolsa de Valores tradicional. Seu objetivo? Negociar somente ações de empresas energéticas e telefônicas cujo controle foi “comprado” principalmente por espanhóis e portugueses durante o processo de “privatização”. É um domínio ostensivo, um escarro em nossas caras: nem as ações das empresas “brasileiras” serão mais negociadas nas Bolsas do Brasil. Também, pra quê? Escravo não tem dinheiro para comprar ações, mesmo. Pedido ao Congresso Nacional, ou melhor, a Papai Noel: “Queremos nosso Brasil de volta”.

Grato por me assaltares

Diário Popular, 13/03/00

Que tal você comprar uma rede de lanchonetes ou uma rede de postos de gasolina para pagar em dez anos, a preço de banana – que o antigo dono resolveu vender porque estava, segundo as má-línguas, precisando de dinheiro? E depois, daí a dois ou três anos, o vendedor, tão bonzinho, tão bonzinho, sem ter recebido ainda as prestações de oito ou sete anos, oferecer dinheiro emprestado, muito dinheiro, a juros baixíssimos, de pai para filho, para você

comprar concorrentes e ficar sozinho no mercado? Absurdo? Afinal, o vendedor não estava quebrado? Não ria. Chore. É isso que está acontecendo no Brasil, com a venda de empresas estatais a grupos privilegiados.

Nos leilões de privatização, o próprio governo, por meio do banco dos grampos, o BNDES, vendeu “moedas podres” (títulos antigos do governo) aos “compradores”, para eles entregarem de volta ao Tesouro, como “pagamento” pelas estatais, com um “detalhe”: as moedas podres podiam ser pagas em dez anos, a juros baixíssimos.

Um negócio da China, ou um assalto ao patrimônio do povo brasileiro, com empresários e banqueiros recebendo, de graça, empresas que valiam bilhões de reais. Mas as negociatas não param e não pararam por aí até hoje. O mesmo BNDES, isto é, o governo, a quem os “compradores” ficaram devendo rios de dinheiro, acaba emprestando, aos mesmos devedores, outros rios de dinheiro, para eles investirem, ampliarem os negócios.

Quer dizer: o governo diz que o Tesouro está quebrado, usa essa desculpa para doar as estatais e depois arruma dinheiro para os “compradores”. Ou seja, é a mesma coisa que você, depois de comprar as lanchonetes e os postos de gasolina, ainda receber a visita do vendedor que, tão otário, tão otário, vem oferecer novo empréstimo para ampliar os negócios...

Mas as negociatas não param por aí. Passados uns dois ou três anos, isto é, apesar de haver prestações de mais sete ou oito anos a serem pagas, o governo, por meio do mesmo BNDES, oferece outros rios de dinheiro para os grupos que viraram “donos” das estatais. Para quê? Agora, para eles comprarem empresas menores, ou formarem cartéis em alguns setores. Para não parecer escandaloso demais, o BNDES inventa um monte de desculpas: diz que é preciso “reorganizar”, por exemplo, os setores de petroquímica, papel, celulose, siderurgia, para criar empresas de grande porte “exigidas” pela globalização.

É a negociata da negociata da negociata, com os mesmos grupos de sempre, os donos do país, recebendo estatais de graça, recebendo empréstimos para ampliá-las, recebendo empréstimos para virar cartéis, sempre devendo rios de dinheiro e beneficiados

gostosamente com juros muito mais baixos do que os pagos pelos milhões de empresários “comuns”, com a diferença paga pelo Tesouro, isto é, por toda a sociedade.

A opinião pública e o Congresso continuam passivos diante dessas aberrações. Só falta dizerem ao governo FHC: “Obrigado por me assaltares”.

A Vale do Rio Doce, retrato de um país

Bundas, nº 41, 28/03 a 03/04/00

Classe média e trabalhadores pagam até 27,5% de Imposto de Renda sobre tudo o que ganham – isto é, sem o direito de descontar as despesas feitas para trabalhar, ter renda. Abatimentos? Só ridículos valores para mensalidades escolares, despesas médicas, dependentes. A Vale do Rio Doce, ex-estatal portentosa, “dona” de outras 30 empresas das áreas de mineração, navegação, portos, celulose, madeira, doada por FHC a um grupo liderado pelo sr. Steinbruck, teve um lucro de 1,25 bilhão de reais em 1999, para um faturamento de 4,4 bilhões de reais. Quanto vai pagar de Imposto de Renda? Segure-se na cadeira: míseros 5 (c-i-n-c-o) milhões de reais. Ou menos de 0,5% do lucro, ou 0,125% do faturamento...

Como isso é possível? O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, já havia dado uma pista sobre aberrações como essa, ao depor no Congresso Nacional em meados do ano passado, na CPI sobre o socorro do Banco Central a bancos quebrados, na crise do Real em janeiro de 1999. Maciel, tão sério que vivem pedindo sua demissão, apontou distorções na cobrança dos impostos no Brasil, fazendo revelações inacreditáveis, que em outros países derubariam governos.

Primeiro: foi ele quem mostrou que o governo estava perdendo bilhões de reais, em impostos, com as privatizações. Como? Porque o “ágio”, ou diferença entre o preço pedido pelo governo, nos leilões, e o preço oferecido pelo “comprador”, é devolvido pelo Tesouro, sob a forma de abatimento no Imposto de Renda. Segundo: Maciel revelou ao Congresso que metade das 500 maiores

empresas do Brasil não pagam um tostão de Imposto de Renda, e a outra metade paga em média apenas 5%. Por quê? Sonegação? Não. Há “brechas” na lei, disse ele, de forma diplomática, mas que na verdade são privilégios e vantagens oferecidos pelo governo FHC às grandes empresas e aos bancos, para reduzir o imposto devido. O balanço da Vale, com 0,5% de Imposto de Renda sobre o lucro, é um retrato do Brasil de FHC/Malan, que aumenta impostos e corta verbas para as áreas sociais em nome do “equilíbrio do Tesouro” e abre buracos no Tesouro para favorecer os grupos de elite. Mas ele mostra muito, muito mais, sobre este Brasil.

Mentiras e despudor

Ele mostra, por exemplo, que realmente as elites perderam qualquer traço de vergonha em matéria de mentir à opinião pública – e de assaltar o cidadão brasileiro. Na época da publicação do balanço, os “donos” da Vale divulgaram anúncio de página inteira nos jornais, alardeando “novos recordes”, e surgiram entrevistas de seus diretores e editoriais exaltando a “eficiência” da administração privada e as “vantagens da privatização”. É tudo mentira descarada, pois a Vale andou de marcha à ré em 1999 – e deveria ser obrigada a publicar outro anúncio, se retratando, por imposição do Conar [Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária], que cuida de ética em propaganda, ou da CVM [Comissão de Valores Mobiliários], que deveria evitar propaganda enganosa de empresas com ações em Bolsas.

Os recuos da Vale são mostrados no próprio balanço: houve queda em todas as atividades da Vale e coligadas, a saber, venda e exportação de minérios, transporte ferroviário, terminais portuários, transporte marítimo (exceções, segundo o balanço destaca: papel e celulose, siderurgia e alumínio). O anúncio diz a verdade em um caso, isto é, quando aponta que o lucro de 1,25 bilhão é recorde – apesar da queda, que ele omite, nas operações. Explicação para o aparente paradoxo: eficiência administrativa? Nada a ver. Basicamente, o lucro da Vale foi provocado por uma coisa muito diferente: a desvalorização do Real no começo de 1999, que

aumentou em mais 50% a quantidade de reais recebida na troca de cada dólar obtido nas exportações de minérios – que na verdade também caíram, de 2,7 bilhões para 2,3 bilhões de dólares.

Mas houve outros macetes, típicos do Brasil de FHC, que também incharam os lucros da Vale. Ela ganhou 350 milhões de reais porque “previu” a queda do real e especulou com o dólar (operações de *hedge*). Além disso, ela e algumas de suas coligadas receberam de volta nada menos que 340 milhões de reais do... Imposto de Renda, graças principalmente a devoluções concedidas como “incentivo” para a compra ou fusão de empresas, inclusive nas privatizações (outra “brecha” à qual Everardo Maciel fez referência).

Ah, sim, o grupo Vale do Rio Doce acumulou empréstimos aqui dentro e no exterior no total equivalente de 4,4 bilhões de reais, dos quais 1,05 bilhão lá fora com o aval do Tesouro (que, segundo o governo FHC, não tinha condições de levantar empréstimos no exterior, e, no entanto, é aceito como fiador dos novos “donos-sem-dinheiro-e-sem-pudor” da Vale). Desses empréstimos, diz o balanço, apenas 250 milhões de reais arcaram com taxas de juros superiores a 11% ao ano – o que significa que os lucros da Vale estão sendo engordados, também, com juros baixos (as empresas em geral pagam 40% ao ano no Brasil) no exterior, graças ao aval do governo, ou aqui dentro, graças a empréstimos de pai para filho do banco estatal BNDES.

Com lucros tão fantásticos, os novos “donos” da Vale seguiram a tradição da empresa à época em que era estatal, realizando investimentos para reforçar estrategicamente sua posição no mercado mundial, inclusive com pesquisas de novas jazidas – ou para melhoria dos serviços ferroviários, portuário, de navegação marítima, que também lhes foram doados na privatização? Não. A Vale cortou seus investimentos em 25%, de 420 milhões para 350 milhões de reais (a empresa, sempre marotamente, alardeia um investimento recorde de 1 bilhão – porém, para este ano...). Os gastos com pesquisa ficaram em ridículos 46 milhões de reais. O que os “donos” da Vale fizeram com o dinheiro do lucro? Embolsaram nada menos de 70%, algo como 850 milhões de reais, pagos a eles mesmos, como juros sobre o capital próprio – que

também é outra “brecha”, tem “incentivos” do Imposto de Renda.

O balanço da Companhia Vale do Rio Doce mostra recuos da empresa e “progresso financeiro” para os “donos” – à custa de todos os brasileiros, de quem, no final das contas, saem o dinheiro do Imposto de Renda, a diferença de juros do BNDES, o custo da desvalorização do Real. Um retrato da privatização e da “política” tributária e de crédito, favoráveis aos grandes grupos, do governo FHC. E o Congresso, hein?

Que não se repita em 2000

Diário Popular, 02/01/00

Ironias da História. O discurso do presidente da República na “virada do milênio” procura exaltar os 500 anos do Brasil, destacando as conquistas do povo brasileiro ao longo dos tempos. Ele aponta, como motivo de orgulho, o fato de o Brasil ter-se destacado, no mundo, como criador de tecnologia para a fabricação de aviões, exportados para todos os países, e também por ocupar a liderança, em todo o mundo, na criação de técnicas e equipamentos para pesquisar e explorar petróleo no fundo do mar. Parece até mais uma das brincadeiras do bem-humorado presidente brasileiro. Por quê? Nos dois casos, a façanha foi executada por duas empresas estatais, a Petrobrás e a Embraer, ao longo de décadas, com técnicos nacionais e recursos financeiros nem sempre fáceis de obter (o BNDES, que hoje empresta para multinacionais, há anos não realiza empréstimos a estatais).

Assim, é no mínimo uma contradição engraçada, se não fosse trágica, que seus méritos sejam reconhecidos (mas sem citar seus nomes) exatamente por quem vem destruindo as empresas estatais brasileiras. Um presidente da República que, para implantar a privatização desejada pelos países ricos e seus banqueiros e multinacionais, patrocinou ao longo dos últimos quatro anos uma intensa campanha de manipulação da opinião pública, com a repetição de um sem-número de mentiras para desmoralizar as estatais...

A ironia é ainda maior porque, neste exato momento, a Embraer, que já foi privatizada, corre o risco de ser entregue a grupos franceses, provocando reações e crise na Aeronáutica. Da mesma forma que, segundo entrevistas recentes do presidente da Agência Nacional do Petróleo e genro do presidente FHC, David Zylbersztajn, a destruição da Petrobrás vai ser acelerada já neste mês de janeiro. Após entregar a multinacionais campos fabulosos de petróleo descobertos pela Petrobrás, o governo FHC vai “encolher” a empresa, obrigando-a a vender ou ceder refinarias, postos de distribuição, gasodutos e oleodutos.

Um plano antinacional, do qual os brasileiros certamente não têm motivos para se orgulhar nos 500 anos do país. Aliás, o presidente da República destaca também que o Brasil foi um dos cinco países que apresentaram as maiores taxas de crescimento econômico nos últimos 50 anos. Decididamente, ele estava disposto a contar anedotas para tentar fazer o brasileiro rir na “virada do milênio”. Ao falar “nos últimos 50 anos”, Fernando Henrique Cardoso, estrategicamente, evitou falar nos últimos cinco anos, aqueles de seu governo. Cinco anos em que a indústria brasileira, por causa do “escancaramento do mercado”, regrediu tanto, tanto, que vários setores cortaram a produção em 30% a 50%. E o setor industrial como um todo cortou o número de trabalhadores em nada menos de um terço, de 6,6 milhões para 4,5 milhões. O Brasil de que FHC falou não existe mais. Era um país com um projeto nacional. Foi assassinado pelo sociólogo amigo dos países ricos.

A “bomba” do ano

Diário Popular, 18/01/00

Não se espante. As afirmações abaixo são do ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, em artigo-bomba publicado domingo:

- Escancaramento do mercado – “Não percebemos que o liberalismo econômico é muito bonito em teoria, mas que, na prática, nenhum país desenvolvido o pratica integralmente.”
- Desnacionalização – Os países ricos defendem o neoliberalismo, mas eles “não estão dispostos a ver suas empresas e seus ban-

cos serem desnacionalizados de forma vexatória (sic, sic, sic) como aconteceu com o Brasil...”

- Nacionalismo – “Os franceses defendem suas empresas, os ingleses defendem suas empresas, até os americanos, que em princípio não precisariam, defendem suas empresas. Não impedem sistematicamente que estrangeiros as comprem, mas também não abrem suas portas...”

- Entreguismo – “Enquanto isso, nós permitimos a desnacionalização de grandes empresas brasileiras e de grandes bancos. Decididamente, enlouquecemos” (sic, sic, sic).

- Entreguistas – “O princípio seguido pelos países ricos nessa matéria é simples: faça como eu digo, não como eu faço. E o princípio adotado por nossas elites é igualmente simples: ‘Faço como eles dizem que eu devo fazer, não como eles fazem’.”

Espantoso, não? Amigo pessoal do presidente da República, Bresser Pereira confirma, em linguagem indignada, todas as críticas que as oposições têm apresentado, nos últimos anos, ao governo FHC. Ajudado pelos deformadores de opinião, veículos e jornalistas, o governo despejou uma enxurrada de mentiras sobre a sociedade. Fez uma verdadeira “lavagem cerebral” para justificar o escancaramento às importações, a destruição de milhões de empregos, a quebra de milhares de empresas, a dívida espantosa do Tesouro, a falência das prefeituras e estados, o assalto contra os aposentados e funcionários públicos, as “privatizações” vergonhosas, às claras ou às escondidas, de empresas gigantescas como a Telebrás, a Vale do Rio Doce, a Cesp paulista e a Petrobrás, em franco “esquartejamento”. Agora um ex-ministro diz que nada disso acontece nos países ricos. Eles defendem seus empresários, seus trabalhadores, seus interesses nacionais. “Decididamente, enlouquecemos”, brada Bresser.

Como explicar as críticas violentas partidas de um cidadão que foi cúmplice de todo esse processo de destruição da economia brasileira e do próprio país chamado Brasil, transformado em colônia de segunda classe de franceses, espanhóis, portugueses e norte-americanos? O artigo, sob o título “Banespa e interesse nacional” (*Folha de S. Paulo*, domingo), aparentemente reflete o desagrado

dos banqueiros brasileiros diante das facilidades que o governo FHC vem criando para entregar o banco paulista a banqueiros internacionais. É ingenuidade, porém, acreditar que Bresser está meramente fazendo o jogo dos banqueiros brasileiros (de resto, também entreguistas). O artigo, de leitura obrigatória, é um verdadeiro manifesto contra o assalto internacional ao Brasil, comandado pelo governo FHC. Seguramente, Bresser não está falando sozinho. É apenas o porta-voz. Há fumaça no ar.

A hora do Congresso

Diário Popular, 24/04/00

O governo dos Estados Unidos, há poucos dias, enviou emissários ao México, a pedido de empresas norte-americanas. Motivo: o governo mexicano privatizou apenas parcialmente os serviços telefônicos no país, e as chamadas interurbanas e internacionais continuaram a ser monopólio da Telmex, a telefônica estatal de lá, equivalente à Telebrás brasileira, e que continua a dominar 70% do mercado. O que desejam as empresas norte-americanas? Querem maiores facilidades e menores preços para usar as redes de serviços locais.

Há poucas semanas, foi a vez de a União Européia ter um violento duelo com os Estados Unidos, na reunião de cúpula dos países ricos, com o governo Clinton esperneando contra os sucessivos adiamentos adotados pelos governos europeus na política de privatização e abertura de mercados de dois setores: transportes marítimos e aéreos, e energia elétrica. A reunião terminou sem que Clinton arrancasse nenhum compromisso concreto por parte de seus aliados ricos. Da mesma forma que, em janeiro, os próprios países europeus protestavam contra a França, que vem retardando a privatização do setor de energia elétrica, dominado pela estatal EDF, mantendo as proibições para a atuação até mesmo das empresas energéticas dos países com os quais ela busca a formação de um mercado único, a União Européia, e chega a ter uma moeda única, o euro. O que esse noticiário todo mostra? Como você já deve ter concluído, mostra que o Brasil

caiu, ou foi jogado, em um autêntico conto-do-vigário, pelo governo FHC.

A privatização indiscriminada de setores como energia e telecomunicações não ocorreu no resto do mundo afora — nem mesmo no México, apesar de suas fortes ligações com os Estados Unidos. Aqui, o patrimônio acumulado durante décadas, ou séculos, à custa do povo brasileiro, foi entregue a preços vergonhosamente baixos principalmente a multinacionais dos países ricos, que continuam a privilegiar suas estatais ou a manter seus mercados “fechados” a grupos de outros países. Um novo lance desse verdadeiro assalto contra o Brasil e o povo brasileiro está sendo confirmado para o mês de junho, com a fixação da data para novos leilões destinados a “vender”, a preço de banana, áreas fantásticas de produção de petróleo descobertas pela Petrobrás, principalmente no litoral, na chamada plataforma submarina.

O comportamento dos outros países exige a atenção do Congresso Nacional, que, nos últimos anos, de forma desavisada, deu “carta branca” ao governo FHC para as privatizações, enganado com as afirmações de que essa era uma tendência mundial. Ainda há tempo para impedir novos negócios da China. Melhor ainda seria a criação de uma CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] para investigar se as privatizações feitas não foram um “jogo de cartas marcadas”, com operações “combinadas” há muito tempo, como ficou evidente com a total entrega, pelo BNDES, do controle da Ligth à EDF francesa e da Eletropaulo à AES norte-americana, há poucas semanas. Esse tipo de combinação, se ocorreu, tem um nome.

O Congresso e os palhaços

Diário Popular, 03/10/99

Eles são mesmo umas gracinhas. Olhe bem: agora você vê os homens do FMI, do Banco Mundial, do governo Clinton, todos a dizer que tudo que eles mandaram governos de países submissos como o do Brasil fazerem com sua economia estava errado. Você não está morrendo de rir com essa anedota histórica, que foi a tal

da “globalização” e da “abertura de mercado”? Ahhh, você então não tem senso de humor.

Olha o que diz o economista John Williamson, considerado o pai do plano para adotar o tal “modelo neoliberal” na América Latina, um programa também conhecido como “Consenso de Washington”. As “reformas” que têm roubado os direitos de milhões de trabalhadores eram mesmo necessárias? Ahhh, diz o anjinho Williamson em entrevista ao jornalista Fernando Canzian, “eu nunca pretendi [...] que os países fizessem reformas por todos os lados”. Privatizações? “Ahhh, seus benefícios dependem muito da maneira como elas são realizadas. Muitas foram altamente benéficas, outras nem tanto.” Liberdade para as multinacionais e os capitais estrangeiros? Atenção, atenção ao que Williamson diz: essa liberdade para os “capitais também foi prematura, com a atração de fortes investimentos de curto prazo. Essas duas coisas em particular estão por trás da crise que o Brasil enfrenta hoje”. Não é de matar de rir? Não. Você tem razão: é de chorar de raiva. Essa política destruiu o país chamado Brasil. Criou milhões de desempregados, quebrou milhares de empresas, destruiu a agricultura, aumentou a fome e a mortalidade. Quebrou o Tesouro. Pior ainda: desnacionalizou completamente a economia, comprometendo o futuro, com a venda de empresas públicas ou privadas a grupos estrangeiros a preços de banana. Uma desnacionalização que compromete o próprio futuro, repita-se, porque significa que multinacionais passarão a remeter bilhões de dólares para suas matrizes para todo o sempre, “sangrando” o povo brasileiro. Fomos tratados como palhaços, imbecis que soltavam foguetes para políticas que nos transformavam em colônias. E continuamos sendo tratados como palhaços, imbecis pelos Williamsons, Camdesus, Clintons da vida, quando eles debochadamente dizem que foram mal entendidos, o ritmo podia ser outro, as reformas deveriam ser mais graduais, as privatizações mais bem pensadas. Estão nos fazendo de palhaços, sim, assumindo ares de anjo.

Ora, ao longo de todos os últimos anos, FMI, Banco Mundial, governo Clinton, banqueiros, economistas famosos ridicularizavam as críticas das oposições e batiam palmas, diziam maravilhas

das decisões do governo FHC. Estavam por trás delas. Agora que colocaram o Brasil de quatro, fingem que não têm nada com isso? Estão debochando. É uma nova enganação, para oferecer “ajuda” e roubar o pouco que restou a este país. É hora de o Congresso Nacional impedir nova aliança entre o governo FHC e os assaltantes internacionais. Queremos o Brasil de volta.

O petróleo é deles



Você não acha errado?

Diário Popular, 20/01/00

Você vê todos os dias, nos jornais e na TV, manchetes sobre associações entre gigantescas multinacionais, que se juntam ou se fundem em uma única empresa, que vira “uma das maiores do mundo no setor”, ou “uma gigante de tantos e tantos bilhões de dólares”, certo? Trata-se de uma tendência mundial, dizem os analistas. Com a globalização, com a informática, os negócios hoje são feitos em todas as partes do mundo, exigindo empresas também gigantescas para vencer a concorrência, explicam os mesmos analistas.

Nenhum setor tem escapado dessas fusões ou associações. Como você tem visto, elas são anunciadas, todos os dias, juntando ban-

cos, laboratórios farmacêuticos, empresas de informática, telefônicas — ou companhias petrolíferas. A tendência mundial é, portanto, a formação de empresas gigantescas.

No Brasil, o próprio governo FHC tem permitido que multinacionais comprem bancos e empresas brasileiras exatamente com esse argumento: é o caminho para enfrentar a concorrência mundial. Por isso mesmo, o que você acha da notícia de que o governo FHC vai forçar a Petrobrás a vender suas refinarias, gasodutos e oleodutos, bem como seus postos de gasolina, a grupos privados, isto é, às multinacionais? Ou melhor, o que você acha da desculpa que o governo FHC está usando para esse “desmonte” da Petrobrás? Qual é a desculpa? Por incrível que pareça, o presidente da Agência Nacional de Petróleo, o genro de FHC, David Zylbersztajn, diz que a “Petrobrás é grande demais”, precisa abrir mão de uma parte de seus negócios.

Você não acha que isso é uma contradição total com o que está ocorrendo no resto do mundo, ou, como visto, também no Brasil? Por que o governo faz isso, tenta “reduzir” a Petrobrás, uma empresa que se tornou gigantesca graças a bilhões e bilhões de reais de investimentos realizados com o dinheiro dos trabalhadores, da classe média, dos empresários e dos agricultores brasileiros?

Preste atenção, muita atenção: esqueça se você simpatiza ou não com as empresas estatais, se você simpatiza ou não com a Petrobrás. O que está sendo, mais uma vez, dado de presente a grupos estrangeiros é o dinheiro, seu e de 160 milhões de brasileiros, é o patrimônio, seu e de 160 milhões de brasileiros, é uma verdadeira mina de ouro que pertence a você e a 160 milhões de brasileiros — e que a Petrobrás apenas administra.

O senhor Zylbersztajn diz que é preciso “reduzir o monopólio da Petrobrás”, criar concorrência. Diante da tendência mundial de gigantismo, o argumento é uma grande mentira. Mas, além disso, o mercado brasileiro está aberto para as multinacionais ou grupos brasileiros explorarem o petróleo, em todas as etapas. Eles que desembolsem bilhões para construir refinarias, oleodutos, gasodutos, ou descobrir petróleo.

Você acha certo eles ganharem de presente, a preço de banana, tudo o que foi feito ao longo de décadas com o dinheiro de gerações de brasileiros? O que o Congresso deve fazer?

O petróleo é deles

Diário Popular, 17/02/00

O Brasil está gastando mais algumas centenas de milhões de dólares, todos os meses, por causa da disparada dos preços do petróleo no mercado mundial. Explicação: o país consome 1,7 milhão de barris por dia, sob a forma de gasolina e outros combustíveis, mas a produção da Petrobrás, embora venha crescendo até 10% ao ano, ainda está na faixa de 1,2 milhão de barris por dia. Cria-se, assim, a necessidade de importar a diferença de 500 mil barris por dia a preços que aumentam o “rombo” de dólares.

Agora, atenção: o governo e alguns de seus aliados estão aproveitando esse novo problema para, mais uma vez, defender a adoção de medidas que são um verdadeiro assalto contra o povo brasileiro. Como sempre, seus argumentos são mentiras incríveis. Em poucas palavras, como você já deve ter visto, o assalto em andamento é assim:

- Descobertas – O governo confessa que a Petrobrás já descobriu, ao longo de anos e anos, jazidas (reservas) fantásticas de petróleo, da ordem de bilhões e bilhões de barris, principalmente no fundo do mar (plataforma submarina).
- Dinheiro – Agora, diz o governo, há necessidade de muito dinheiro, bilhões de reais, para comprar equipamentos e perfurar os poços para extrair o petróleo descoberto.
- Pressa – Segundo eles, a Petrobrás não teria esses recursos, e o país tem pressa, precisa aumentar a produção de petróleo rapidamente, para evitar os gastos de dólares com a importação. A solução? Aceitar sócios para a Petrobrás, na exploração de campos petrolíferos e outras atividades. E pior ainda: “vender” em leilões, principalmente às multinacionais, áreas imensas onde a Petrobrás descobriu petróleo.

Na verdade, o governo FHC está usando a nova crise do petróleo para enganar a opinião pública. Usando a desculpa da “pressa” para executar um assalto histórico contra o povo brasileiro.

Nesse assalto, governo e aliados dizem até que a Petrobrás é culpada de o Brasil depender de petróleo importado, porque não teve competência para produzir o suficiente para atender ao consumo. É muito cinismo: todos estes anos, o governo FHC, ao fazer cortes no orçamento, proibiu a Petrobrás de investir mais de 2,5 bilhões de reais na compra dos equipamentos para abrir os poços e produzir o petróleo.

Enquanto isso, o mesmo governo FHC mandava a Telebrás despejar 7,5 bilhões de dólares por ano, em 1996 e 1997, ou 15 bilhões de dólares em apenas dois anos, na ampliação das redes e sistemas de telefones do país. O triplo dos gastos de 5 bilhões de reais permitidos à Petrobrás, roubados dos contribuintes, pois o governo FHC já estava preparando a privatização das empresas telefônicas, e gastou aquela dinheirama para entregar tudo praticamente pronto, com o nosso dinheiro, para os “compradores” faturarem. Se o Brasil hoje está importando petróleo, a culpa não é da Petrobrás. É do governo FHC e seus crimes de lesa-pátria.

Depois do petróleo, o dilúvio

Caros Amigos, nº 30, set. 1999

Em meados de agosto [de 1999], quando o real já havia começado a despencar outra vez, um grande banco internacional, o ING Barings, divulgou relatório aconselhando seus clientes investidores a venderem os títulos do governo e de empresas brasileiras. Motivo: o risco de “calote”, já que a dívida do Tesouro passa dos 400 bilhões de reais e, como os juros aqui dentro estão (estavam) na casa dos 22%, isso significa uma carga de juros de uns 90 bilhões a 100 bilhões de reais por ano. Ou, arredondando, uns 10 bilhões de reais por mês. Impossível pagar. Tudo o que o governo faz é emitir “papagaios” novos, isto é, apenas aumenta a dívida. Explosivamente.

A iniciativa “agressiva” do Barings – escondida pela imprensa pátria, como sempre – apenas tornou pública a desconfiança que os banqueiros internacionais continuaram a alimentar em relação ao Brasil. Desmentindo totalmente a famosa “reconquista da credibilidade internacional” alardeada pelo governo e seus porta-vozes, no primeiro semestre do ano os bancos internacionais emprestaram apenas 3,5 bilhões de dólares a empresas brasileiras (isto é, as nacionais e também as multinacionais). Ou, atenção, cinco vezes menos que os 17,5 bilhões de dólares concedidos em igual período de 1998.

Esses dados e fatos ressuscitam a pergunta: por que o FMI e Clinton insistem em ser tolerantes com o Brasil, mantendo políticas de apoio ao país, mesmo quando é evidente que a situação econômica continua em franca deterioração e sem possibilidade de reversão (ninguém consegue pagar juros de 10 bilhões de reais por mês)?

A única resposta possível continua a mesma, a saber: FMI e Estados Unidos estão apenas esticando a corda do governo FHC, tentando adiar o ponto de ruptura que fortaleceria a oposição, com um objetivo: conseguir que, antes do dilúvio, novas privatizações insensatas sejam feitas. Ou, mais precisamente, que haja novas desnacionalizações nos setores de exploração do petróleo e geração de energia elétrica (atenção, repetindo: o governo dos Estados Unidos não vendeu suas empresas de energia elétrica, ao contrário do que se pensa).

Para quem torce o nariz a essa hipótese, classificando-a de demasiado fantasiosa: o governo FHC, como quem não quer nada, já anunciou uma nova rodada de leilões para “vender” as áreas do território nacional em que a Petrobrás descobriu jazidas fabulosas de petróleo. O novo leilão está programado para daqui a pouco, outubro [de 1999] – e inclui também os campos de petróleo submarinos, o que não estava previsto.

Vergonha vergonhosa

O brasileiro tem vergonha de parecer ufanista, na base do porque-me-orgulho-do-meu-país. Talvez por isso o brasileiro não te-

nha colocado na cabeça, até hoje, que o Brasil tem realmente os campos de petróleo mais fantásticos do mundo. Parece vergonhoso falar nisso. Na plataforma submarina, no fundo do mar, há jazidas descobertas pela Petrobrás em fase de exploração e que têm poços capazes de produzir 10 mil barris por dia. Cada poço. É um número fantástico, sim, é um recorde mundial, sim, e que somente encontra concorrentes, com poços capazes de produzir 7 mil, 8 mil barris por dia, no Irã, no Kuwait, no Iraque... O que significam 10 mil barris por dia? A 20 dólares o barril, isso significa o faturamento de 200 mil dólares, em um único poço. Em um dia. Ou 6 milhões de dólares por mês. Ou 70 milhões de dólares por ano. Por poço. Uma das jazidas da Petrobrás na bacia de Campos, estado do Rio, tem 25 poços funcionando, o que significa que eles, multiplicados pelos 70 milhões de dólares faturados em cada poço, rendem 1,75 bilhão (bilhão, com a letra bê, por ano). Ou, para arredondar, 2 bilhões de dólares por ano. Ou, ainda, o equivalente a 4 bilhões de reais por ano.

Respire fundo agora: são esses campos de petróleo absolutamente fantásticos, os mais produtivos do mundo, que o governo FHC já começou a doar às multinacionais, com a ajuda da imprensa. No primeiro leilão, realizado há poucas semanas, o presidente da Agência Nacional de Petróleo do governo FHC, David Zylbersztajn, teve a bárbara coragem (ou outro nome qualquer) de pedir um “preço simbólico” de 50 mil a 150 mil (é “mil”, com a letra eme, mesmo) reais às “compradoras” dessas áreas.

O governo usou uma desculpa para tentar justificar esses preços sórdidos: o mercado mundial estaria em baixa, com superoferta de petróleo. Acontece que desde janeiro os preços do petróleo duplicaram – d-u-p-l-i-c-a-r-a-m – de 10 dólares para 20 dólares o barril, fenômeno que merecia manchetes e que nem sequer foi noticiado ao longo de meses pela grande imprensa (faça você mesmo um teste, com seus amigos e sua família: verifique quantos ficaram sabendo dessa duplicação).

A verdade foi escondida para que a sociedade não discutisse os preços pedidos pelo governo – ou, o que seria mais importante ainda, discutisse a própria política de privatização do petróleo

nacional. Mais claramente: se as jazidas são as mais fantásticas do mundo, se os lucros que elas vão proporcionar são fabulosos, por que o governo FHC não vende ações da Petrobrás a milhões de brasileiros, juntando-se dinheiro para acelerar as explorações e gerar dólares com a exportação de petróleo? Qual é o problema? Clinton e o FMI não deixam?

Ah, sim: no primeiro leilão, algumas jazidas foram compradas por 150 milhões de reais, isto é, mil vezes o preço de 150 mil reais pedido pelo governo. A imprensa apresentou esse resultado como algo fantástico. Não é. Continua a ser ninharia. Esmola para povo índio. Basta ver que esses campos petrolíferos podem faturar 2 bilhões de dólares, ou 4 bilhões de reais, por ano. Em um ano. Contra 150 milhões de reais. Uma única vez.

As oposições precisam mobilizar a sociedade brasileira contra o novo assalto ao petróleo nacional programado pelo governo FHC, por Clinton, pelo FMI. Os números, escandalosamente denunciadores, estão aí.

PS – O presidente FHC diz que a economia está estável, o IBGE diz que o PIB está estável... A indústria paulista já havia recuado 7% no semestre e desabou 15% em julho na comparação com 1998. Setores com maior queda? Telecomunicações e equipamentos para energia elétrica. Isto é, as multinacionais “compradoras” das antigas estatais continuam a importar tudo. Desempregam, aqui dentro. E continuam a torrar dólares, afundando ainda mais o Brasil. A desnacionalização levou o Brasil de volta ao passado. Voltou a ser uma republiqueta dependente. Ou colônia?

A Mega-Mega Sena do petróleo. Roubada.

Caros Amigos, nº 36, mar. 2000

Nunca é demais repetir: o brasileiro ficou bilionário, ou trilionário, e não sabe. Não é exagero, não. Em fevereiro do ano passado, o campo de Marlim, explorado pela Petrobrás na bacia de Campos, produzia 200 mil barris de petróleo. Por dia. Um úni-

co campo. Agora, em janeiro de 2000, o mesmo campo produziu 400 mil barris por dia.

Qual o faturamento da Petrobrás, do governo brasileiro, com essa produção fantástica? É fácil fazer as contas: 400 mil barris por dia significam 12 milhões de barris por mês, ou algo como 150 milhões de barris por ano. Ao preço atual de 30 dólares o barril, são 4,5 bilhões (com a letra bê) de dólares por ano, ou 9 bilhões de reais por ano. Mesmo que o preço atual, que está exagerado, venha a cair para 25 dólares o barril, o faturamento chegará a 3,75 bilhões de dólares, ou 7,5 bilhões de reais.

Cifras fantásticas que vão ser duplicadas em poucos meses, pois os estudos da Petrobrás mostraram que as reservas da região permitem dobrar o número de poços perfurados. Serão, portanto, uns 18 bilhões de reais de faturamento por ano – e com uma margem de lucro fantástica. Por quê? Os poços da plataforma brasileira têm uma produção também espantosa, igual à obtida nos campos do Irã, do Iraque, da Arábia Saudita, com 7 mil a 10 mil barris produzidos por dia. Em cada poço. Assim, mesmo calculando todos os investimentos feitos, o custo de produção de cada barril não passa de 2,5 a 3 dólares, o que significa um lucro de 27 dólares por barril, ou 1.000%, isto é, dez vezes o custo, por barril...

Somente nesse campo de Marlim, portanto, o povo brasileiro pode faturar 18 bilhões de reais, o equivalente a um mês e meio da arrecadação federal. E há muitos outros campos de petróleo no litoral brasileiro, já descobertos pela Petrobrás, a serem explorados. Alguma dúvida diante da afirmação? Então, é só relembrar que, em janeiro, o presidente da República fez questão de anunciar pessoalmente (precisava de “marketing otimista”) a descoberta de um megacampo, Roncador, mais ao sul do litoral fluminense, e já situado na bacia de Santos (formação geológica equivalente à da bacia de Campos e que, apesar do nome, se estende até o litoral do Rio).

O que isso significa? Que Marlim e Roncador, juntos, feitos os mesmos cálculos, podem oferecer um faturamento de 36 bilhões (com bê) de reais por ano, cobrindo, sozinhos, mais de quatro meses de todas as despesas do governo federal (deixando de lado os

juros, como o FMI faz). E por quanto tempo esses campos poderão ser explorados, com essa produção e esse faturamento? De 15 a 20 anos, representando portanto, multiplicando-se pelo valor de 36 bilhões de faturamento anual, de 540 bilhões a 720 bilhões de reais. De meio trilhão a três quartos de trilhão. Uma fortuna. Uma fábula em apenas dois campos do litoral. Uma enxurrada de reais e dólares que poderiam, se usados para tirar o Brasil das mãos do FMI e dos credores internacionais, como recurso para investir, voltar a crescer, resolver problemas sociais, criar empregos. Voltar a ser um país, e não uma colônia-capacho dos países ricos.

Não há exagero nenhum, portanto, em gritar aos quatro ventos que o povo brasileiro, com as reservas de petróleo e, mais ainda, com os campos fantásticos descobertos pela Petrobrás, tirou a Mega-Mega Sena. Virou trilionário. Mas não sabe disso. O povo não sabe, o Congresso não sabe. Por isso o governo FHC prepara-se para nova rodada de leilões destinados a entregar o petróleo brasileiro a multinacionais. Ou, mesmo, já vem entregando indecentemente o petróleo descoberto pela Petrobrás, que pertence efetivamente a cada cidadão brasileiro, a meia dúzia de empresários nacionais e banqueiros nacionais e estrangeiros. Exemplo? O fantástico campo de Marlim, com sua produção de 400 mil barris/dia, por exemplo, foi “repartido” agora com meia dúzia de sócios que se juntaram em uma empresa de fundo de quintal para... fornecer parte do dinheiro necessário para duplicar a produção. Essa operação já seria um assalto contra a sociedade brasileira, mesmo que os “sócios” realmente desembolsassem a cifra de 1,5 bilhão de reais para financiar sua parte no projeto de exploração de Marlim. Nem isso existe. A empresoca de fundo de quintal tem um capital fajuto de 200 milhões de reais e foi formada – como narrado em nosso livrinho *O Brasil privatizado* – apenas... para tomar 1,2 bilhão de reais emprestados no exterior, que obviamente a própria Petrobrás poderia obter. Um negócio da China, um assalto: uma mina de ouro, capaz de faturar centenas de bilhões de reais, entregue por 200 tostõesinhos fajutos.

A Mega-Mega Sena ganha pelo povo brasileiro, e que seria sua redenção, está sendo literalmente tungada pelo governo FHC. O

Congresso Nacional não pode continuar impassível diante dessas aberrações. O povo brasileiro tem o direito de partilhar diretamente os lucros da exploração do seu petróleo, por meio de vários caminhos, dos quais dois podem ser prontamente lembrados aos congressistas: utilização de 6 bilhões de reais “esquecidos” em contas do FGTS e que foram reunidos em um fundo “congelado” (a Petrobrás teria bilhões para investir e os rendimentos das ações da empresa, no caso, pertenceriam ao FGTS, isto é, a todos os trabalhadores que contribuem para o fundo). A outra alternativa, diferente de proposta já cogitada pelo governo, é a venda de ações “novas”, relativas a um aumento de capital da empresa, para milhões de brasileiros, com um sistema igual ao adotado por Margaret Thatcher na Inglaterra: vendas a prestação com garantia de recompra pelo governo. A esperança, hoje, está no Congresso, pois os sindicatos, como o dos petroleiros, e entidades como a Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobrás), que tradicionalmente tomavam posição diante dos desmandos do governo, estão estranhamente silenciosos. Muito, muito estranhamente. Mesmo.

Emprego e crescimento, promessas

Diário Popular, 27/09/99

Muita gente ficou animada com as novas promessas feitas pelo presidente da República, de criar empregos e garantir um “forte crescimento” para a economia, talvez de até 4%, para o próximo ano. Há possibilidade de atingir essas metas, realmente? Resposta: se o governo FHC não mudar radicalmente sua política econômica, a resposta é um “não” total. E, infelizmente, nada indica que o presidente FHC esteja seguindo nessa direção, tanto que seu otimismo se baseia, mais uma vez, em expectativas “fajutas”. Para ele, o crescimento econômico no ano 2000 seria “puxado” basicamente pelos investimentos gigantescos que deverão ser feitos na busca e exploração de petróleo, tanto pela Petrobrás como pelas multinacionais que “ganham” áreas petrolíferas nos recentes leilões.

Esses projetos, na casa dos 7 a 10 bilhões de reais a serem investidos por ano, poderiam, efetivamente, representar encomendas maciças para a indústria nacional de equipamentos e seus fornecedores de peças, componentes, matérias-primas, bem como contratos para firmas brasileiras de engenharia, consultoria, serviços diversos. Se tudo isso acontecesse, o setor petrolífero poderia injetar algum vapor na economia, com efeitos benéficos se estendendo para outros setores, garantindo uma melhora na oferta de empregos e algum crescimento econômico.

Na prática, porém, a história é totalmente diferente. O presidente FHC parece não saber, ou finge não saber, que nos próprios contratos combinados nos leilões as multinacionais já se recusaram a comprar equipamentos nacionais, isto é, assumiram o compromisso de encomendar apenas 5% a 15% do total aqui dentro. Vão importar 85% a 95% dos equipamentos, além de, obviamente, utilizar empresas de consultoria e engenharia de seus países. Vale dizer: o governo FHC repete as mesmas monstruosidades lesa-Brasil que adotou em relação às empresas de energia e às telefônicas privatizadas, que estão importando maciçamente. Tanto que a indústria nacional de máquinas e equipamentos, já destrocada por importações desde a posse de FHC, sofreu nova queda de nada menos de 25% em sua produção, nos oito primeiros meses deste ano. A derrocada atingiu também as indústrias fornecedoras daqueles dois setores, com nova queda de 15% em julho último.

Em resumo: por causa do escancaramento às importações combinado com o próprio governo FHC, mesmo os investimentos em petróleo não terão papel decisivo na redução da recessão e na criação de empregos.

Ao contrário: suas importações vão agravar ainda mais a falta de dólares e a fraqueza do Real.

PS – Aliás, é tolice fazer previsões para o ano 2000. Com o “rombo” do Tesouro, provocado pelos juros de 10 bilhões de reais por mês, a economia e o Real deverão enfrentar violentas turbulências mais cedo do que se imagina.

O silêncio das oposições

Diário Popular, 18/02/00

A situação do povo brasileiro melhoraria rapidamente. Classe média, trabalhadores, empresários e agricultores teriam uma renda extra. A economia poderia crescer, criando mais empregos, renda, impostos. Haveria mais dólares, evitando o crescimento da dívida com os banqueiros internacionais e a desnacionalização da economia, perigosa porque aumenta as remessas de lucros para os países ricos, comprometendo o próprio futuro do país. Todos esses avanços poderiam ser conquistados, sem nenhum “milagre”, pelo Brasil.

Como? Aumentando rapidamente a produção de petróleo, o que é plenamente possível porque a Petrobrás fez fabulosas descobertas nos últimos anos, isto é, já se sabe onde existem bilhões de barris de petróleo para serem extraídos. Basta, apenas, destinar recursos para montagem de sondas e equipamentos similares, para começar a produção. Onde buscar dinheiro para um programa de investimentos maciços na extração de petróleo? A resposta é óbvia, quando são analisados os lucros fantásticos que esse negócio pode oferecer ao povo brasileiro: os preços do petróleo subiram 200% no mercado mundial e as empresas do setor, como a Petrobrás, triplicaram seus lucros no ano passado.

Além do mais, atenção, atenção: no caso do Brasil, não existe nenhum risco de “não descobrir petróleo”, de perder dinheiro com pesquisas que levam anos. E mais ainda: as reservas descobertas são fantásticas, a ponto de um único poço no litoral, na bacia de Campos ou na de Santos, ser capaz de produzir 10 mil barris por dia. Cada poço. Diante desses dados todos, pode-se agora responder à pergunta: onde buscar dinheiro para a arrancada na produção? O caminho óbvio é: lançar uma campanha intensa para vender ações à população, transformando milhões de brasileiros em acionistas da Petrobrás sem deixar de lado, também, a hipótese de o Tesouro usar ações da empresa para pagar dívidas que ele acumulou junto ao FGTS [Fundo de Garantia por Tempo de Serviço], PIS [Plano de Integração Social], Pasep [Programa de Forma-

ção do Patrimônio do Servidor Público] etc., que são “fundos” que reúnem dinheiro dos trabalhadores. Além de permitir a exploração do petróleo, essa fórmula atingiria outro objetivo: aumentaria a renda de milhões de famílias brasileiras, graças à participação nos lucros da Petrobrás, exatamente como acontece nos países ricos, onde a população é acionista das grandes empresas. O governo FHC está fazendo exatamente o contrário: vai realizar novos leilões para entregar o petróleo descoberto pela Petrobrás a grupos privilegiados e, principalmente, às multinacionais. Às voltas com um sem-número de aberrações praticadas pelo governo, as oposições silenciam ou esboçam reações demasiado tímidas diante desse novo assalto. A questão do petróleo deveria ganhar prioridade absoluta, neste momento, por todos os efeitos apontados. É preciso que a sociedade entenda o que está acontecendo. É hora de ir às ruas. Brigar em frente às Bolsas de Valores nos dias de leilão não é ação política. Cheira a mera encenação. Quem está ganhando?

O petróleo (até que enfim) é deles

Bundas, nº 52, 13 a 19/06/00

Chega a trilhões de dólares, trilhões mesmo, o maior assalto que um país já sofreu nos tempos recentes e que certamente foi comemorado com foguetório e champanhe nas capitais dos países ricos. Sob o comando do senhor David Zylbersztajn, presidente da Agência Nacional do Petróleo, o governo FHC realizou leilões para entregar todas as principais áreas produtoras de petróleo do país, doando-as a grupos multinacionais e colocando o setor sob controle daqueles países ricos. Será muita ingratidão se as metrópoles não condecorarem Zylbersztajn e FHC lá fora, tal a habilidade com que conseguiram cumprir sua missão lesa-pátria, sem nenhuma reação por parte da sociedade.

Também a grande imprensa, certamente, não pode deixar de ser homenageada, em reconhecimento ao silêncio total que manteve durante meses sobre o assunto, evitando publicar reportagens e análises que mostrassem as cifras fabulosas envolvidas, a

incrível capacidade de produção dos campos petrolíferos brasileiros e o papel que a exploração do petróleo poderia desempenhar na estratégia para retirar o Brasil do atoleiro em que foi atirado pela política neoliberal de FHC. Nos leilões do dia 7 de junho, FHC não doou apenas o petróleo, vendeu o futuro do país. Eis um breve roteiro para entender o fantástico assalto:

- Os trilhões – como disse um diretor da Petrobrás durante os leilões, as áreas petrolíferas do litoral brasileiro, sobretudo as das bacias de Campos e Santos, têm, cada uma, reservas de 1 a 3 bilhões de barris. É só fazer as contas: com o barril de petróleo a 30 dólares, isto significa que cada um desses campos petrolíferos vale, ou pode faturar, de 30 bilhões a 90 bilhões de dólares, ou de 60 bilhões a 180 bilhões de reais. Cada campo. Vale dizer, os vários campos já estudados e agora doados valem trilhões, sim.

- Os tostões – o governo FHC pediu, como “preço mínimo” para esses campos, as cifras simbólicas de 50 mil, 100 mil ou 300 mil reais. Nos leilões, houve lotes “vendidos” a 5 milhões, 10 milhões ou no máximo 120 milhões... Isto é, o Brasil “vendeu” por tostões jazidas de petróleo que valem 30 bilhões, ou 60 bilhões, ou 90 bilhões... Não há outro nome a dar a isso, a não ser assalto histórico.

- Os poços fabulosos – é preciso repetir: o povo brasileiro não sabe, nunca foi informado, que o Brasil tem, em seu litoral, os campos de petróleo mais fabulosos do mundo, iguais somente pelos existentes nos países árabes, como Kuwait, Irã, Iraque, Arábia Saudita... São campos onde cada poço – cada poço, repita-se – pode produzir 7 mil, 8 mil, 10 mil barris por dia – e cujas reservas chegam a 1 bilhão ou 2 bilhões ou 3 bilhões de barris. Para comparação: nos Estados Unidos, a produção predominante é de 100 barris/dia por poço.

- Os lucros fantásticos – repete-se muito a mentira de que a produção nesses campos, no fundo do mar, é muito cara, por causa dos equipamentos exigidos. É mentira, das grossas. A produção de cada barril fica em apenas 2,5 a 3 dólares. Isto é, com o barril vendido a 25 ou 30 dólares, o lucro é de 900%. Nove vezes. Um campo com faturamento de 4 bilhões de reais, portanto, oferece

um lucro de 3,6 bilhões de reais, por ano. Um campo com 3 bilhões de barris oferece um lucro de 75 bilhões a 81 bilhões de reais ao longo de sua exploração.

- O cerco – todas essas áreas foram pesquisadas e estudadas durante décadas pela Petrobrás, que ganhou o título de campeã mundial em pesquisas de fundo do mar, dado por instituições internacionais. Muita gente não entende como ela perdeu essas áreas ou, mais ainda, por que ela agora participou dos leilões, nos quais “comprou” oito das 24 leiloadas. É simples: em 1996, o Congresso Nacional aprovou a quebra do monopólio estatal na exploração do petróleo, autorizando empresas privadas a ingressarem no setor. As riquezas do subsolo são na verdade de propriedade da União, do povo, que concede a empresas o direito de explorá-las, em troca do pagamento de impostos e participações. Antes só a Petrobrás tinha direito a essa concessão. Quando a Agência Nacional de Petróleo foi criada, acreditava-se que a Petrobrás ficaria com o direito de explorar – sempre mediante pagamentos à União – as áreas sobre as quais já tinha concessão – e nas quais havia aplicado bilhões de reais em pesquisas, ao longo de décadas. As empresas privadas que quisessem entrar no setor teriam que solicitar concessão de outras áreas e investir na busca do petróleo. Não foi isso que o sr. Zyl e FHC decidiram.

- O assalto – a Agência Nacional de Petróleo “tomou” áreas riquíssimas da Petrobrás para entregá-las às multinacionais, nos leilões. E a Petrobrás foi forçada a entregar à Agência todos os estudos e pesquisas realizados durante décadas, que custaram bilhões de reais ao povo brasileiro. O mapa da mina, o mapa dizendo onde existe e não existe petróleo, e quanto tem em cada lugar. Para quê? Para a Agência vender esses estudos, o “mapa da mina”, às multinacionais... Por quanto? O mapa completo, os estudos de todo o território nacional, foram vendidos por nauseantes 300 mil reais.

- A farsa – agora a Petrobrás foi “até autorizada” a participar dos leilões de compra das áreas petrolíferas que... ela descobriu. Detalhe escabroso: ela só pôde participar em associação com grupos (esmagadoramente) multinacionais, que ficaram com 75% da so-

cidade, contra 25% da Petrobrás. Isto é, os “sócios” ficarão com 75% dos lucros bilionários, remetendo-os para seus países.

Durante séculos, os países ricos, que dependem de petróleo importado, fizeram guerras, trucidaram povos, patrocinaram golpes de Estado, para se apropriar de jazidas dos países pobres. Hoje basta manipular governantes e a grande imprensa, e oficializar o assalto em salões de luxo. Ah, sim: no dia dos leilões, correram dois boatos. Primeiro: que o país ainda dispõe de uma instituição chamada Congresso Nacional. Segundo: que, ainda por cima, seus integrantes pensam no interesse nacional. Do Brasil, claro.

O Riocentro da Petrobrás

Bundas, nº 33, 01 a 07/02/00

Primeiro, uma palavrinha aos incrédulos, ou crédulos. Na mesma semana em que a Petrobrás teve sua imagem destrocada com o vazamento na baía da Guanabara, lá longe, na Alemanha, o chanceler Schroeder pedia a criação de uma comissão independente para investigar a venda, em 1992, de uma refinaria da ex-Alemanha Oriental ao grupo estatal francês Alf-Aquitaine. Motivo: indícios de suborno e pagamento de propinas, da ordem de 45 milhões de dólares ao governo e ao próprio então chanceler democrata-cristão Helmut Kohl. E mais: tudo por ordem do ex-presidente socialista francês, Mitterrand.

O episódio envolve países tidos como respeitáveis e líderes tidos como acima de qualquer suspeita até recentemente. Por isso mesmo é um caso exemplar para lembrar aos brasileiros que a guerra secular para dominar ou garantir forte participação no setor petrolífero nunca terminou. Assassinatos, golpes de Estado, invasão de países nunca foram descartados, nesse conflito. Essas estratégias extremadas rarearam nos anos recentes, já que a “onda neoliberal” levou países de governos apátridas como o do Brasil a começarem a entregar seu petróleo aos países ricos e suas multinacionais.

No Brasil, a estratégia de destruir a Petrobrás está sendo posta em prática pela Agência Nacional de Petróleo, confiada ao genro

do presidente Fernando Henrique Cardoso, o senhor David Zylbersztajn. Primeiro, houve os leilões para “venda” de áreas petrolíferas descobertas pela Petrobrás, realizados no ano passado, e com novos leilões marcados para estes primeiros meses do ano. Recentemente, Zylbersztajn anunciou a venda de refinarias, oleodutos, gasodutos, postos de gasolina da Petrobrás – sob os argumentos mais cretinos do mundo.

A esta altura, porém, o clima de apatia em relação às privatizações sofreu substancial modificação, pela série de motivos que todos conhecem: desde os bloqueios nas rodovias à época das chuvas do começo do ano, à crise militar provocada pela tentativa de transferir o controle da indústria de aviões Embraer, estatal privatizada, para grupos franceses.

Diante dessa “virada”, nada melhor do que um fato de impacto para desmoralizar a Petrobrás, jogar a sociedade contra ela, mostrá-la incompetente, indiferente à população. Algo parecido com o atentado do Riocentro, que a extrema direita planejou para inculpar as esquerdas e dificultar os planos de redemocratização do país. As circunstâncias que cercam o vazamento de petróleo mostram a necessidade de uma investigação independente, a cargo do Ministério Público. Eis os principais “mistérios” a elucidar:

- Pressão – O bombeamento começou à 1 hora da madrugada. Com o “rombo” no oleoduto, a quase totalidade do petróleo começou a ser despejada no mar. Logicamente, a pressão que o petróleo, fluindo, exerce sobre as tubulações (como a água no encanamento de uma casa) caiu, no trecho situado do rombo em diante. A alta direção da Petrobrás diz que a queda de pressão não foi detectada, por um defeito do programa do computador, dando a impressão de que esse sistema é altamente refinado, moderno. Ora, sistemas para medir e controlar a pressão existem há séculos. Até as locomotivas Maria Fumaça tinham, obviamente, pequenos aparelhinhos, “reloginhos”, para mostrar o nível da pressão nas caldeiras de vapor, para evitar explosões... Os dispositivos de controle de pressão existem tanto no ponto de partida do oleoduto como no ponto de chegada, junto aos tanques de armazenamento. Pergunta: os dois sistemas, nas duas pontas, falharam?

• **Combustível** – Para o motorista saber se o tanque de seu veículo está cheio ou precisa ser reabastecido, qualquer automóvel, caminhão, trator dispõe, desde priscas eras, do marcador do nível de combustível. Óbvio que tanques gigantescos para armazenagem de combustível, como os da Petrobrás, igualmente dispõem desses marcadores, para possibilitar o controle do nível armazenado – e para detectar vazamentos eventuais. Não funcionaram, também?

• **Demora** – Diz a direção da Petrobrás que um técnico “desconfiou” de algo errado por volta das 3 horas da madrugada. Mas o bombeamento, segundo ela própria, prosseguiu até as 5h30min. É nesse ponto, exatamente, que se reforça a suspeição de que tudo foi feito para ampliar ao máximo possível os estragos devastadores do vazamento, garantindo assim sua presença durante dias e dias nas manchetes dos jornais e, principalmente, na televisão, para desmoralização total da Petrobrás. Além de prolongar o vazamento, a alta direção da Petrobrás retardou sempre todas e quaisquer medidas corretivas.

• **Mutirão** – Até prédios com grande movimentação de pessoas, hoje, têm “brigadas contra incêndio”, planos de emergência para sinistros. Empresas como a Petrobrás, que lidam com material combustível e explosivo, obviamente sempre tiveram um e outro. Além da refinaria, a Petrobrás tem oleodutos, gasodutos, campos de poços de petróleo no estado do Rio. Tem equipes de segurança, “brigadas”, nesses locais. Por que, ao tomar conhecimento do desastre – às 5h30min o bombeamento foi suspenso –, todo esse pessoal não foi mobilizado, para reduzir os efeitos do acidente?

• **Enganação** – Aqui é preciso ressaltar que a direção da Petrobrás induziu os meios de comunicação a aceitarem uma explicação falsa para o problema e que, mais uma vez, desmoraliza a empresa. Na versão oficial, tudo aconteceu porque ela “não tem uma política para o meio ambiente”. Que fosse. Mas esse é um argumento sem-vergonha: o que evita desastres é a política de segurança da empresa. E, essa, a Petrobrás sempre foi forçada a ter. Por que ela não foi posta em prática?

• Ocultação – A direção da Petrobrás deveria ter estabelecido comunicação com os governos do estado e dos municípios, para um “mutirão ampliado” (participação do Corpo de Bombeiros etc.) e mobilização da sociedade. Mas o fato somente foi revelado à imprensa já à noite – dando tempo, mais uma vez, para que os efeitos do desastre fossem irreversíveis.

• Contenção – Para a mancha de petróleo não se deslocar no mar, há o recurso das redes de bóias, que absorvem e contêm o produto. Ela não foi utilizada no primeiro dia. Por quê? Depois verificou-se que o material disponível era insuficiente. Demorou-se para tomar a decisão de importar um reforço que, uma semana depois, ainda não tinha chegado.

• O acidente – Finalmente, cabe investigar as causas do acidente. Segundo técnicos da Petrobrás, em entrevista à imprensa, houve um “deslocamento do terreno” em que o oleoduto estava assentado, e ele se rompeu. Por que não se pode aceitar a explicação? Para explorar petróleo no fundo do mar, realmente a Petrobrás teve que desenvolver técnicas sofisticadíssimas. Inclui a “invenção” de metais novos, que “combinem” duas qualidades (em linguagem de leigo): precisam ser “fortes” para resistir a correntes submarinas, ondas, ventos – mas também precisam de flexibilidade (molecular), para não quebrarem diante de pressões exageradas ou deslocamentos de terreno. Poucos brasileiros sabem, mas a Petrobrás é campeã mundial, premiada por instituições internacionais como líder absoluta na exploração de petróleo no fundo do mar, graças às técnicas que tem desenvolvido desde meados dos anos 60. Agora a direção da Petrobrás alega que o oleoduto se rompeu porque o terreno ali é de tipo diferente, de “calcário”, e sofreu um grande deslocamento para o qual os materiais do oleoduto não eram adequados. Santa desculpa. As grandes descobertas da Petrobrás no litoral do Rio se devem exatamente às técnicas de perfuração do “calcário”. Há 25 anos a Petrobrás opera ali, conhece o “calcário”. E o oleoduto foi construído há apenas dez anos.

Um incrédulo rejeitará a hipótese de que a incrível extensão do desastre ecológico tenha sido planejada. Aos incrédulos, é bom

lembrar que tampouco os cidadãos alemães e franceses suspeitavam de Kohl e Mitterrand. Como parecia inverossímil que o atentado do Riocentro fosse um plano militar. Somente o Ministério Público pode dar uma resposta aos crédulos. E impedir o esgarçamento da Petrobrás.

Um escândalo tenebroso*

Diário Popular, 25 e 27/01/00

As investigações sobre corrupção (do Detran e do Judiciário) e narcotráfico trouxeram duas certezas à opinião pública. Primeira: há sempre o envolvimento, nas atividades criminosas, de organismos e governantes que deveriam combatê-las. Segunda: conseqüentemente, a podridão somente é devassada, e a impunidade cessa, quando o Ministério Público ou o Legislativo (as CPIs) entram em cena. O Brasil aprendeu, em resumo, que freqüentemente os próprios criminosos estão incumbidos de investigar e punir os criminosos, integrantes do governo e dos círculos do poder...

Por isso mesmo é tranqüilizador que a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro tenha pedido que o Ministério Público investigue o misterioso vazamento de milhões de barris de petróleo na baía de Guanabara. A sociedade brasileira não pode deixar que a própria diretoria da Petrobrás investigue as causas do pretense acidente, pois há gato nessa tuba. A história toda está mal explicada e o país está diante de duas hipóteses: ou a diretoria da Petrobrás e o governo FHC cortaram a tal ponto as verbas para manutenção da empresa que ela está com uma série de instalações “sucateadas”, e novos acidentes em refinarias, oleodutos e navios acontecerão; ou, na outra hipótese, houve mesmo sabotagem tramada em altas esferas, planejada à espera de uma oportunidade, para retardar todas as providências que poderiam ter contido o derramamento de petróleo. Em qualquer um dos casos, o grande criminoso é a diretoria da Petrobrás e o caso precisa ser investigado por organismos independentes, como o Ministério Público. [...]

A alta direção da Petrobrás está mentindo escandalosamente, em suas explicações sobre o vazamento de petróleo que teve efeitos devastadores sobre a baía da Guanabara. Sem ser detetive, este colunista acertou em cheio ao apontar que eram falsas as justificativas apresentadas para o desastre. É o que fica claro com a primeira “confissão” da alta direção da empresa, contida no relatório sobre as investigações realizadas por ela própria, divulgado na imprensa. Com sua divulgação, fortalecem-se as suspeitas de que o acidente pode ter sido planejado ou, no mínimo, de que houve um plano para retardar o combate ao vazamento, para garantir a devastação da baía da Guanabara, jogando a opinião pública contra a Petrobrás.

Objetivo? Desmoralizar a estatal. Para quê? Para que a opinião pública, irritada e desiludida, aprove o “esquartejamento” da empresa, com a venda de suas refinarias, seus oleodutos e postos de gasolina a multinacionais, como foi anunciado pelo presidente da Agência Nacional do Petróleo, David Zylbersztajn, genro de FHC. Ao fazer sua “confissão”, a alta direção da Petrobrás inventou novas explicações facilmente desmascaráveis (realmente, a equipe FHC sempre pensa que o Brasil é habitado por imbecis):

- A confissão — A direção da Petrobrás havia dito que o vazamento demorou a ser descoberto por causa de um defeito nos computadores, ou melhor, nos programas do computador. A empresa fornecedora dos programas movimentou-se para contestar a informação (possivelmente só não ficou calada porque percebeu que, no futuro, poderia ser processada, para pagar indenizações à Petrobrás, ao governo do Rio etc.). E conseguiu provar que os programas, os computadores, funcionaram normalmente.

Desmascarada, a alta direção da Petrobrás foi obrigada a confessar que havia mentido.

- Novas mentiras — Então, os computadores “avisaram” que o petróleo estava sendo despejado no mar, desde o começo do bombeamento, à 1 hora. Por que ele foi suspenso somente às 5h30min? O relatório da diretoria apela para verdadeiras histórias da carochinha. Diz que, a cada duas horas, há um rodízio das equipes de técnicos que ficam na sala de controle onde funcionam

os computadores encarregados de receber informações, enviadas pelos próprios equipamentos, sobre o seu funcionamento (para você entender melhor: imagine aquelas UTIs de hospitais, com as telinhas dos monitores semelhantes a TVs mostrando como está a temperatura, a pressão e o batimento cardíaco). Segundo o relatório, a equipe da 1 hora anotou dados errados, que confundiram a equipe das 3 horas, fazendo com que o vazamento somente fosse descoberto no turno das 5 horas.

Houve falha, diz o relatório, das duas equipes. Isso é uma grossa mentira. Os computadores mostram minuto a minuto, segundo a segundo, o que está acontecendo no oleoduto e em outras instalações da empresa (exatamente como nas UTIs). Impossível os técnicos não terem visto o que estava ocorrendo (exatamente como os médicos). O escândalo exige investigação independente.

(*) Este texto condensa os artigos “Tem gato nessa tuba” (*Diário Popular*, 25/01/00) e “Um escândalo tenebroso” (*Diário Popular*, 27/01/00).

E lá se vai o petróleo...

Diário Popular, 08/06/00

Um dia, no futuro, os brasileiros vão chorar quando se lembrarem dos acontecimentos de 7 de junho de 2000. Um dia de luto. O dia em que, mais uma vez, trabalhadores, classe média, empresários e agricultores brasileiros assistiram, de braços cruzados, à realização de novos leilões pelo governo FHC para entregar o petróleo brasileiro, descoberto pela Petrobrás, a grupos multinacionais. Os leilões não roubaram apenas o petróleo pertencente ao povo brasileiro. Roubaram seu próprio futuro.

O Brasil, endividado, “quebrado”, desnacionalizado poderia faturar bilhões e bilhões de reais, bilhões e bilhões de dólares nos próximos anos e sair do buraco, garantindo seu futuro, se explorasse ele mesmo o seu petróleo. Os leilões enterram esse futuro. Mais uma fonte de riqueza nacional, de proporções fabulosas, passa para as mãos dos países ricos pelas mãos de suas multinacionais.

Neste momento, na Venezuela, os trabalhadores estão em greve, para impedir que o governo venda suas empresas produtoras de alumínio. No Chile, considerado o país mais “entreguista” da América Latina (até a ascensão do governo FHC no Brasil) por sua abertura aos capitais estrangeiros, o governo não vendeu suas empresas produtoras de cobre – principal fonte de riqueza do país, embora não comparável ao petróleo. No Brasil, diante da passividade da opinião pública, o governo FHC entregou, no dia 7 de junho de 2000, algumas das áreas capazes de produzir petróleo mais fantásticas do mundo. Essa entrega, em si, já seria absurda. Pois ela, ainda por cima, foi feita a preço de banana. Quando a imprensa diz, em manchetes, que as empresas compradoras pagaram preços 1.000%, 10.000% ou 30.000% acima do preço que o governo pediu pelas áreas está faltando dizer que esse ágio (diferença de preços) não significa nada. O que importa, é óbvio, é quanto essas áreas podem produzir, quanto seus novos “donos” podem faturar e quanto eles pagaram por elas. Cálculos já divulgados há meses por este colunista mostram que há áreas, no litoral brasileiro, que podem produzir petróleo no valor de até 4 bilhões de reais por ano, isto é, podem faturar 80 bilhões de reais antes de o petróleo se esgotar, em 20 anos. São minas de ouro como essa que o governo vendeu por 5 milhões, 50 milhões, ou até 120 milhões de reais. Mesmo por esse preço máximo, o governo FHC está vendendo por 120 milhões de reais um negócio de 80 bilhões de reais. Isto é, um negócio que vale 700 vezes mais. Um negócio que, no caso dos campos de petróleo situados no fundo do mar, pode dar um lucro de 900%, pois o custo de produção de um barril fica em 2,50 dólares a 3 dólares, e esse barril é vendido no mercado mundial por 25 dólares a 30 dólares, isto é, dez vezes mais.

Isto é, em um ano, um único campo desses faturaria 4 bilhões de reais, e poderia deixar um lucro de 3,6 bilhões de reais para o governo brasileiro, o Brasil e seu povo. Um único campo. Ontem, 7 de junho de 2000, foi dia de funeral para o povo brasileiro. Que a tudo assiste de braços cruzados.

Aplausos e CPIs

Diário Popular, 11/06/00

Quem diria, hein? O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou mudanças na política de privatização das empresas estatais. Agora a venda de Furnas, gigantesca empresa de energia elétrica, não será mais feita em leilão para ser entregue ao controle de um grupo empresarial privado – geralmente estrangeiro, como ocorreu nos últimos anos. O governo vai vender ações da empresa a milhões de brasileiros, que se tornarão seus sócios, participando de seus lucros, enquanto o governo, mesmo com uma quantidade menor de ações, continuará “dono” do controle de Furnas, administrando-a de acordo com os interesses nacionais. Idêntico esquema, chamado de “pulverização das ações”, vai ser adotado também na venda de milhões de ações da Petrobrás, correspondentes a uma fatia do capital da estatal pertencente ao Tesouro.

Pela primeira vez nos últimos anos, uma iniciativa do governo FHC merece aplauso. A “mudança”, segundo o presidente da República e a grande imprensa que o apóia, se deve a sugestões de um partido da base governista, o PFL. Eis aí uma explicação demagógica, tentando transformar o partido governista em autor de uma iniciativa que beneficia a população e o país. Há cinco anos, desde que o governo FHC acelerou a venda de estatais, uma das principais alterações defendidas pelos críticos era, exatamente, essa “democratização” na venda das ações, colocando-se um paradeiro na verdadeira doação, a grupos privilegiados, do patrimônio de toda a sociedade (proposta defendida, inclusive, no livrinho de nossa autoria, *O Brasil privatizado*, que já vendeu 125 mil exemplares).

Além disso, no caso de Furnas, não se deve esquecer que a venda dessa estatal enfrenta digna resistência do governador de Minas, Itamar Franco, que por isso mesmo foi ridicularizado pela grande imprensa capachilda – e cujo exemplo certamente nunca será seguido pelo submisso governador paulista, Mário Covas, aquele que, antes de ser eleito, dizia que não permitiria a venda

do Banespa nem a verdadeira “doação” da também gigantesca Cesp paulista.

Feitas as ressalvas, repita-se que a mudança é bem-vinda. Mas ela, ao mesmo tempo, representa um reconhecimento, por parte do presidente da República, de que o processo de privatização foi repleto de erros e desvios, com verdadeiros assaltos contra o dinheiro do povo brasileiro. Por isso mesmo é inaceitável a posição de líderes do governo, segundo os quais “o que passou, passou, agora vai ser diferente”. Nada disso. O Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas, com o apoio de entidades como a OAB, devem instalar CPIS para investigar as privatizações e suas aberrações. Afinal de contas, o que está em jogo é um patrimônio de centenas de bilhões de reais (a Telebrás, sozinha, valia mais de 120 bilhões de reais) pertencente aos trabalhadores, à classe média, aos empresários, aos agricultores brasileiros. Cabe ao Legislativo corrigir, sempre que possível, as aberrações cometidas – exatamente como o governador Itamar Franco fez em Minas, recuperando, na Justiça, o controle da estatal energética Cemig, que havia sido vergonhosamente entregue a um grupo norte-americano.

Energia, o caos programado



Era uma vez um clone

Bundas, nº 14, 14 a 20/09/99

Manhã alta em Brasília. Henri Ferdinand fechou o jornal, sorrindo largamente, e murmurou para seus botões dourados: “Aaaaahhh... Poucas vezes tive notícias tão agradáveis... A minha querida França e suas empresas já são detentoras do segundo lugar entre os países com maiores investimentos no Brasil, logo após as multinacionais norte-americanas... Agora o Brasil vai remeter dólares, lucros e dividendos para a França eternamente...” Levantando-se da poltrona, Ferdinand encaminhou-se para a frente do grande espelho oval do salão. Com um sorriso de auto-aprovação, não se furtou a elogiar o dublê à sua frente: “Belo trabalho,

Ferdinand. Incrível, mesmo. Em poucos anos, transferiu para os franceses um patrimônio de bilhões e bilhões de reais formado ao longo de décadas à custa de impostos, empréstimos compulsórios, aposentadorias ridículas, falta de assistência médica, perpetuação da miséria do povo brasileiro... Você é demais, Henri Ferdinand...” A essa altura, a figura no espelho foi sacudida por breve risada: “...também, os brasileiros são ingênuos demais... ou melhor, os meios de comunicação ajudam muito a enganá-los... Todos acreditaram nessa história de que privatização é uma tendência mundial, abraçada até pela França. Como é que ninguém percebe que a estatal de energia da França, a EGF, não só não foi privatizada, como vem invadindo outros países, e neste ano ela chegou até à posição de maior companhia energética do mundo? (Dirigindo-se carinhosamente, a si mesmo...) Você ajudou muito, com aquele apoio do BNDES para a EGF ficar com a Light, e depois com aquela grande empresa de energia de São Paulo... E com aqueles incentivos para a Renault, a Peugeot...” Uma porta se abriu, com a chegada de um assessor de sobrenome arrevesado, que disparou: “... estou ficando preocupado, Ferdinand. Ainda temos uma parte de nossa missão para ser cumprida, lembra-se? Falta terminar a ofensiva para entregar as fantásticas jazidas de petróleo da plataforma submarina brasileira, e também a privatização dos serviços de água e esgotos, setor em que as empresas francesas estão estendendo seus tentáculos nos países ‘desnacionalizados’ como o Brasil...”

Ferdinand tentou responder, mas o assessor o deteve com um gesto e prosseguiu: “... eu sei que você conseguiu que um novo leilão das áreas petrolíferas, por aqueles preços vergonhosos, fosse marcado rapidamente, para o próximo mês de outubro... Mas olha, Ferdinand, a crise da economia está provocando reações crescentes, não sei se vamos ter tempo para dar conta do recado...” Impaciente, mas sempre sorrisos, Henri Ferdinand silenciou o interlocutor: “Ora, meu caro. Já pensei em tudo. Vamos espalhar por aí que o governo quer a retomada do desenvolvimento, e garantir que o novo ministro, esse Alcides Tápias, seja exatamente um banqueiro, afinado portanto com a política recessiva, de juros

altos, que é tudo que precisamos para ir arruinando os empresários brasileiros e o Tesouro brasileiro, facilitando assim a venda de empresas privadas e estatais brasileiras a estatais francesas e outras multinacionais... Enquanto a imprensa se ocupa do novo ministro, vamos cumprindo na surdina nossa missão”. Sorridentes, os dois deixaram o salão.

PS – Consta que Henri Ferdinand e alguns de seus assessores são clones de auto-exilados intelectuais brasileiros que viveram no exterior. Consta também que algumas vezes eles são vistos em palácios de Brasília.

Por detrás das notícias

Diário Popular, 10/10/99

Se você analisar o que está acontecendo por detrás de certas notícias nos últimos dias, pode descobrir que o desemprego e a miséria avançaram no Brasil, enquanto pequenos grupos se enchem de dinheiro. É obra do governo FHC:

- Desemprego – Diz o noticiário que o número de contratações de trabalhadores cresceu fortemente na Europa, e que “França, Espanha, Portugal e Finlândia (país da empresa Nokia) registraram a maior queda nas taxas de desemprego”. Motivo: “em geral, as novas vagas foram abertas nas empresas de telefonia e de informática”. O que isso tem a ver com o Brasil? É simples: basta lembrar que são exatamente desses países as empresas que surgem como principais “compradoras” das telefônicas ou empresas de energia que foram “privadoadas” no Brasil. Elas têm se recusado a comprar equipamentos para ampliação das redes no Brasil. Estão comprando lá fora, nos seus países, deixando de criar empregos, renda, arrecadação aqui dentro. E torrando dólares, enfraquecendo o Real, aumentando a crise. Atenção: até os telefones celulares são feitos totalmente, ou com 95%, de peças importadas.

- Energia elétrica – Também dentro da política de “privadoação”, o governo FHC autorizou grupos empresariais, principalmente

multinacionais, a construir usinas para a produção de energia elétrica. Não se trata, porém, de usinas hidrelétricas, isto é, que utilizam as águas dos rios para movimentar as turbinas. São usinas chamadas de termelétricas, que usam combustíveis, principalmente o gás importado da Bolívia ou produzido no Brasil, fornecidos pela Petrobrás. Acontece que o preço do gás subiu muito no mercado internacional, juntamente com o do petróleo. Resultado: a energia produzida pelas novas usinas ficaria muito mais cara, não poderia concorrer com a energia fornecida pelas usinas movidas a água, que até hoje é grátis. Decisão do governo FHC: o gás será vendido a um preço mais baixo pela Petrobrás, durante nada mais, nada menos que 20 anos. Na prática, a Petrobrás vai ter prejuízo para grupos multinacionais terem lucros (remetidos para suas matrizes em dólar). Isto é, o Tesouro (“dono da Petrobrás”) vai aumentar seu “rombo” ao longo dos próximos 20 anos. Como é possível uma aberração dessas, quando o governo FHC “garfa” os aposentados, massacra os funcionários públicos, nega verbas para matar a fome de brasileiros do Nordeste, e o presidente vive falando em “reformas” como caminho para reduzir o “rombo”?

- Pior ainda – Para garantir os lucros das multinacionais, o governo (isto é, nós, contribuintes) vai pagar a energia produzida pelas novas usinas e o que “sobrar”. Como assim? Se uma multinacional construir uma usina capaz de produzir 1.000 quilowatts (simplificadamente), e só encontrar consumidores para 800, o governo paga os 200 quilowatts que sobraram. É essa a “privatização” do governo FHC. Uma indecência. Um assalto contra o povo. Sempre.

Diferença entre Covas e Itamar

Diário Popular, 12/10/99

Procure você mesmo as entrevistas do governador paulista Mário Covas logo após sua primeira eleição e posse, em 1995. Nelas, você vai encontrar declarações contra as privatizações, principalmente da Cesp, a empresa paulista de energia elétrica, que ele

considerava “um negócio grande demais” para ser vendido sem amplo debate. Depois, o governador Mário Covas mudou totalmente, fez um acordo com o governo FHC para renegociação da dívida do Estado e “entregou” estatais para serem privatizadas.

A Cesp, a Eletropaulo, foram “esquartejadas”, divididas em pedaços, para ficarem mais baratas para os “compradores” (com dinheiro do BNDES, isto é, nosso, do governo federal).

Agora, neste próximo dia 27, mais um pedaço da Cesp vai a leilão. Isso vai reduzir a dívida do Estado? Você acredita nessa lorota? A venda das estatais paulistas está sendo feita sempre a preço de banana: o pedaço da Cesp vai ser leiloado pela ninharia de 750 milhões de reais. Você sabe o que isso representa? Metade de um mês de arrecadação do ICMS do governo paulista. Veja bem: metade da arrecadação de um mês, em troca de um patrimônio que custou bilhões de reais aos trabalhadores, à classe média, aos empresários e aos agricultores paulistas. Um patrimônio representado por usinas que funcionam, geram energia, dão lucro ao governo paulista.

Como explicar essa insensatez? É mais um capítulo dessa tragédia vergonhosa chamada de “privatização”, à qual o governador Mário Covas aderiu. E aderiu a ponto de lamentar o “atraso” na privatização do Banespa, um dos maiores bancos do Brasil, que vai ser leiloado, segundo estimativas, também a preço de banana, ou 1,5 bilhão de reais – o mesmo que um mês de arrecadação do ICMS paulista.

Responda você mesmo: existe alguma lógica em vender um banco como o Banespa por um mês de arrecadação? E ainda por cima com balanços, prejuízos, baixos lucros falsificados?

Compare agora as atitudes de Covas e do governador Itamar Franco, que conseguiu instalar uma CPI, na Assembléia Legislativa mineira, para apurar possíveis irregularidades na venda de estatais pelo seu antecessor. No caso da Cemig, a “Cesp mineira”, foram comprovadas várias aberrações. Entre elas: o grupo norte-americano que “venceu” o leilão (totalmente com dinheiro emprestado pelo BNDES) passou a dirigir, mandar na Cemig, apesar de ter “comprado” somente um terço do capital da empresa. O

que o governador Itamar fez? Entrou na Justiça para anular esse “acordo”. Há poucos dias, a Justiça lhe deu razão. Claro que tudo isso tem sido escondido ou noticiado sem destaque pela grande imprensa, empenhada, o tempo todo, em ridicularizar o governador Itamar Franco, apresentado como um “maluco” à opinião pública. Pare pra pensar: quem é coerente com seu passado de homem público empenhado em defender os interesses da população e do país? Covas ou Itamar?

A sua casa, sem luz...

Diário Popular, 15/06/00

Nada menos que a metade (ou exatos 49%) das famílias de São Paulo não está conseguindo pagar suas contas de energia elétrica, segundo estudos do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec). Motivo: com a privatização, os novos “donos” das empresas de energia extinguíram as tarifas mais baratas, que eram cobradas das famílias que apresentavam um consumo mais baixo.

Além disso, conforme reportagens cada vez mais frequentes na imprensa, não são raras as famílias modestíssimas que estão recebendo contas erradas, de mais de 100 reais por mês e, não conseguindo que sejam revistas, acabam enfrentando o corte de energia, por não disporem de dinheiro para quitá-las. Qualquer chefe de família ou dona-de-casa sabe perfeitamente a tragédia que o corte de energia representa, com a casa às escuras, a geladeira sem funcionar, os alimentos apodrecendo...

Há outras tragédias provocadas pelas privatizações das empresas de energia. Você deve ter visto que, de uns tempos para cá, a Prefeitura [de São Paulo] ficou com a obrigação de “puxar” a rede elétrica para as ruas da periferia, bem como passou a ser responsável por todos os consertos, trocas de lâmpadas queimadas etc. da rede elétrica das ruas da capital [paulista]. Por quê? Porque a Eletropaulo, “doada” a um grupo norte-americano pelos governos FHC e Covas, vinha executando esses serviços precariamente e não tomava conhecimento de pedidos de colocação da rede em bairros distantes. Por quê? Porque o consumo das famílias desses

bairros é baixo, não traz os lucros gigantescos desejados pelos novos “donos” das ex-estatais.

Na capital, a Prefeitura está executando obras e assumindo funções que caberiam às empresas de energia privatizadas. No Interior, elas também deixaram de “puxar” redes de energia elétrica para a zona rural, onde essa energia é vital não apenas para a casa das famílias que trabalham na roça, mas principalmente para movimentar bombas utilizadas para irrigar as plantações, ou para o funcionamento de refrigeradores destinados à conservação do leite.

Quem puxa as redes e paga as obras é o governo do estado. Em resumo, está acontecendo no Brasil exatamente o que muita gente do povo temia: que a privatização de serviços públicos colocasse os consumidores nas mãos de grupos que somente pensam em seus lucros e – com a cumplicidade do governo FHC e governadores submissos, como Covas – a população viesse a enfrentar toda sorte de problemas.

Neste momento, cresce no país, inclusive entre os partidos que apóiam FHC, um movimento para revisão dos erros da privatização, chegando-se a defender que algumas empresas do setor voltem para as mãos do governo. Mais uma vez o governador paulista, Mário Covas, defende os interesses dos grandes grupos e diz que em São Paulo nada vai mudar, e que vai privatizar o que resta da Cesp, a empresa gigantesca que ele esquartejou para entregar, aos pedaços, inclusive a multinacionais. Pergunta: os paulistas não vão reagir, agora que conhecem os prejuízos da privatização?



Bancos e “rombos”

Bancos e truques

Diário Popular, 15/02/00

Olhe só como você está sendo enganado mais uma vez: a imprensa dá manchetes diárias sobre a “guerra” em torno do Banespa, entre banqueiros nacionais e estrangeiros. “O Banespa deve continuar brasileiro”, gritam os aliados dos banqueiros nacionais. “O consumidor vai lucrar se o Banespa for entregue a grupos multinacionais”, bradam os chamados “globalizantes”. Onde está a malandragem desse noticiário? Ora, ele evita discutir, fornecer dados para a sociedade debater se o Banespa deve mesmo ser privatizado ou permanecer em mãos do Estado. Espertamente (para alegria dos banqueiros), discute-se “quem” deve ficar com o

banco, criando a impressão, na sociedade, de que a privatização é uma decisão que não pode ser revista — e isso é uma mentira. Como assim? Você já deve ter notado que, desde que as privatizações começaram, os meios de comunicação somente publicam com destaque as entrevistas e os artigos de quem é a favor da venda, isto é, fazem o jogo desenvolvido pelo governo FHC e por governadores submissos para apresentar alguns grupos privilegiados com o patrimônio coletivo (isto é, pertencente aos trabalhadores, à classe média e aos empresários). Não são publicados estudos que mostram detalhes absurdos, cheirando até a negociata, das privatizações — mesmo quando esses estudos são realizados por instituições respeitáveis, como as universidades (a USP, por exemplo, fez análises criticando aberrações na venda das empresas de energia elétrica pelo governo Mário Covas).

Ações judiciais contra a venda, manifestações de protesto de milhares de pessoas? Tudo isso é simplesmente ignorado pela imprensa, ou ganha espaço mínimo (para você ter um exemplo dessa grande manipulação: quando a Assembléia Legislativa de São Paulo criou a CPI do Pedágio, somente o jornal *Diário Popular* noticiou o fato... Nos outros jornais, nem uma linha). Com o Banespa não está sendo diferente: os meios de comunicação escondem tudo o que não interessa aos banqueiros, possíveis “compradores”... Assim, é natural que você, como o restante da sociedade, não saiba que ainda existe uma série de ações judiciais, apontando ilegalidades e inconstitucionalidade na privatização planejada, apresentadas até mesmo por promotores do Ministério Público, além dos sindicatos de trabalhadores do setor. E o noticiário esconde igualmente que mais de 300 prefeitos e Câmaras de Municípios do Interior de São Paulo e outros estados apoiaram a apresentação de uma emenda à Constituição paulista para que o Banespa continue como propriedade do Estado. Uma proposta que está engavetada na Assembléia Legislativa.

O noticiário sobre a guerra entre banqueiros estrangeiros e nacionais é, portanto, mais um truque engana-trouxa. Ainda há tempo para analisar, discutir, essa e outras privatizações. Participe desse debate.

Privatização, a falsa saída

Fenae Agora, nº 14, fev. 1999

Privatizar a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Petrobrás. A proposta já está no ar, lançada inclusive pelos principais jornais do país, em editoriais de primeira página “exigindo” medidas bombásticas do governo FHC para reestruturar a economia brasileira. Um programa de reconstrução nacional, depois da devastação causada por quatro anos de política “modernizante” do sociólogo-presidente, que para tanto contou com o apoio incondicional dos meios de comunicação. A sugestão mostra, acima de tudo, que os aliados de FHC ainda não desistiram da tática escapista, isto é, tentam ignorar as causas verdadeiras da explosão do Real, resultantes do escancaramento ao exterior e todas as suas conseqüências.

Apontam como “solução” novas privatizações, embora até as crianças saibam, a esta altura, que a venda das estatais brasileiras devorou o patrimônio público inutilmente, incapaz de impedir o aumento brutal do endividamento do setor público, os juros adoidados e a crise incontrolável. Qual a possibilidade de essa sugestão esdrúxula ser acolhida? No caso da Petrobrás, somente a mobilização popular poderia impedi-la – pois, na verdade, a “privatização” já está em marcha, com a entrega até das fabulosas jazidas de Campos a “parceiras” estrangeiras pelo “preço” desavergonhadamente ridículo de 50 mil (é mil, mesmo) a 150 mil reais pela concessão do direito de exploração. Ventos diferentes, porém, sopram para a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e, mesmo, bancos estaduais de privatização já programada. O próprio presidente da República, a esta altura, deve ter aprendido algumas lições com a crise e chegado à conclusão, prática, de que qualquer programa de reconstrução nacional vai exigir a utilização de instituições financeiras estatais.

Lições da crise

Desde setembro/outubro, os bancos privados – nacionais e estrangeiros –, diante da deterioração dos indicadores da economia, começaram a negar financiamentos para as empresas exportarem. A venda de mercadorias para o exterior, essencial para trazer os dólares de que o Brasil precisava desesperadamente, foi duramente atingida.

As exportações só não sofreram paralisia total porque o governo – e, portanto, o presidente FHC conhece o problema – acionou o BB. Coube ao BB captar dólares no exterior, para financiar os exportadores.

Da mesma forma, coube ao Banco do Brasil vender dólares – como “laranja” do Banco Central – nos mercados tradicionais e nos chamados “futuros”, na tentativa de evitar a queda do Real. Um papel – carente de regras claras, para evitar distorções e favorecimentos – cuja necessidade será ainda maior no período de reconstrução, em que não faltarão fases de grandes oscilações nas cotações do dólar, exigindo intervenções do governo para abrandar manobras especulativas. Isto não é tudo, porém. O presidente FHC certamente não se esquecerá, tampouco, do passa-moleque que os bancos internacionais aplicaram nos governantes brasileiros. Como assim? Em novembro, quando se discutia o acordo com o FMI, importantes banqueiros internacionais vieram ao Brasil e deram como “favas contadas” um pacote de “socorro” também dos seus bancos privados – isto é, além do apoio acertado com o FMI e países ricos. Esse “apoio”, de dezenas de bilhões de dólares, não veio. Pior ainda: ele foi usado como desculpa para os banqueiros internacionais se recusarem a renovar (o que é normal) empréstimos, linhas de crédito de importação e exportação, concedidos a empresas brasileiras.

Ao exigirem o pagamento de todos esses créditos, eles aceleraram a saída, erroneamente denominada “fuga” de dólares, e a crise do real.

A desvalorização do real, ao contrário do que economistas dizem, não resolverá automaticamente os problemas da “falta de

dólares” que levaram à grande explosão. Não haverá, como esses analistas prevêem, aumento automático, em grande volume, nas exportações, nem queda imediata nas importações.

O quadro é de chorar. O Brasil destruiu sua agricultura. De exportador, passou a importador de algodão, milho, arroz, feijão e, pasme-se, até de coco-da-baía e cacau. O país não produz nem para o seu consumo. Não há “sobra” de produtos agrícolas para exportar. Em todos estes casos, a reconstrução da produção nacional dependerá de uma política firme, e de não mero blablablá, de apoio a empresas e produtores locais. Um papel que instituições oficiais, como a Caixa Econômica Federal e bancos estaduais, têm condições de desempenhar, cobrindo a falta de empréstimos dos bancos privados, que certamente estão dispostos a correr ainda menos riscos nessa fase de readaptação da economia. Não é hora de falar em privatizações.

“Rombos”, Covas e os paulistas

Diário Popular, 22/10/99

Eletrizantes. Muita gente recortou e guardou em seus arquivos, durante anos, discursos que o senador Mário Covas fez no Congresso. Lideranças de seu partido de então defendiam o apoio a teses antidemocráticas do presidente da República. Coerente, fiel a seus princípios e a seu eleitorado, Covas cuspiu fogo, da tribuna, clamando que seu partido havia enfrentado a ditadura militar e não podia, em plena democracia, renegar o passado e se dobrar servilmente ao presidente da República. Sua veemência levantou a bancada do partido. Os anos se passaram, chegou o “Brasil moderno”.

Há dois domingos, os paulistas tiveram a oportunidade de avaliar a evolução de seu governador. O jornalista Bóris Casoy, que o entrevistava, questionou Covas sobre a privatização do Banespa e suas críticas ao secretário da Receita Federal, por causa da multa de 2,8 bilhões de reais aplicada ao banco. A resposta veio rasteira e rápida: “Eu quero é o ‘meu’ (dinheiro). Quem é o culpado por essa multa é que deve pagá-la”. Para avaliar melhor a atitude do governador, é preciso recapitular alguns fatos:

• Intervenção – O Banespa sofreu intervenção do governo federal, às vésperas da posse de Covas. O Banco Central alegou que o banco paulista estava “quebrado”. O tempo se encarregou de mostrar que isso era mentira, como deixou claro também que os interventores do Banco Central “falsificaram” balanços do Banespa para inventar prejuízos. Motivo das manobras: convencer os paulistas da (falsa) necessidade de privatizar o Banespa. O governador Covas foi conivente.

• Prova definitiva – Agora, preste atenção. A multa aplicada pela Receita Federal tem uma importância imensa, que a grande imprensa não destacou até agora. Qual é? Veja bem: o Banespa foi multado exatamente porque seus diretores, os interventores do governo federal, fizeram (outros) balanços falsos, para criar prejuízos inexistentes ou reduzir os lucros. Reflita um minuto: o episódio da multa revelou, para a sociedade brasileira, aquilo em que ela se recusava a acreditar: o governo FHC/Malan & Cia. falsifica até balanços para forçar a privatização, isto é, para poder doar patrimônio coletivo a determinados grupos empresariais, brasileiros ou multinacionais. Há governadores coniventes com esse autêntico assalto, em que bilhões e bilhões de reais pertencentes aos contribuintes, isto é, trabalhadores, classe média, empresários, agricultores, são transferidos para os bolsos e os cofres de grupos que enriquecem cada vez mais.

A esta altura, você deve estar pensando com seus botões: “Pelo menos o governador Covas está defendendo os contribuintes de São Paulo, recusando-se a pagar a multa”. Engano seu. Pense bem: os balanços falsificados representam prejuízos gigantescos ao Estado (aos paulistas), que continua a ser acionista do banco, e Covas não tocou nesse assunto. Continua conivente. “Atrelado” ao governo FHC e às manobras sujas da política de privatização. Passado esquecido. E há mais aberrações nesse caso, como se verá na próxima coluna.

Nosso dinheiro pelo ralo...

Diário Popular, 24/10/99

Você e todos os paulistas ganharam uma oportunidade para saber se o Banespa e outras estatais paulistas têm mesmo um “rombo”, como estão sendo privatizadas – e, principalmente, para avaliar se o nosso dinheiro não está indo pelo ralo nessas vendas... A Receita Federal, como você viu, aplicou uma multa de 2,8 bilhões de reais no Banespa, que já está sendo administrado por interventores do governo federal há quase cinco anos.

Motivo da punição: falsificação de balanços para inventar prejuízos inexistentes, reduzir lucros, o que reduziu também o Imposto de Renda. Então, veja bem: a sociedade somente soube que o “rombo” do Banespa é falsificado porque a Receita Federal pôs a boca no trombone, para cobrar o IR sonegado. Sem isso, as manobras continuariam escondidas, não chegariam ao conhecimento dos paulistas – porque o próprio governador Mário Covas silenciou diante delas, embora representem prejuízos de bilhões de reais para o estado. Isto é, prejuízos de bilhões de reais para os cidadãos deste estado, trabalhadores, classe média, empresários, agricultores – que são os verdadeiros donos do Banespa (lembre-se sempre disto: o governo do estado, assim como o da União ou o do município, é apenas o “gerente” das estatais e dos demais negócios, que na verdade pertencem a nós todos, cidadãos/contribuintes).

Agora, atenção: não foi apenas essa manobra, de falsificação, que a punição da Receita Federal revelou. Como assim? Veja o motivo da multa: com o apoio do governo Covas, os interventores decidiram fazer uma “reserva” (provisão) de nada menos que 3 bilhões (com bê) de reais, lançada nos balanços do Banespa, criando assim os prejuízos e o “rombo”. Qual o objetivo dessa reserva? Acontece que o Banespa, como outras estatais (e grandes empresas privadas), tem um fundo de pensão, espécie de INSS especial, para o qual os funcionários também contribuem mensalmente. Cálculos feitos por encomenda dos interventores mostraram que, ao longo dos próximos anos, o fundo de pensão poderia ter despe-

sas – com aposentadorias e outros benefícios aos funcionários – que poderiam ser maiores do que o valor das contribuições recebidas (ao longo dos próximos anos, note-se). Isto é, haveria um “rombo” no fundo de pensão, avaliado naqueles 3 bilhões, e que deveria ser pago em parte pelo próprio banco – ao longo de muitos anos, note-se. Isto é, quando o banco fosse privatizado, essas despesas sairiam dos lucros dos novos “donos”.

Qual foi a “manobra” do governo FHC em conluio com o governo Covas? Todas as despesas previstas (para o futuro), note-se, já tiveram o pagamento garantido com a tal “reserva” – isto é, com os 3 bilhões, que reduziram não só o valor pelo qual o Banespa deve ser vendido (isto é, dinheiro nosso pelo ralo) como também os lucros que cabiam, nos últimos anos, ao Estado (isto é, nosso dinheiro pelo ralo).

Também em São Paulo as privatizações têm sido assim: o Estado, os paulistas (de todas as origens) “engolem” as dívidas. Os grupos “compradores” recebem patrimônios coletivos (de todos nós) a preço de banana, com lucros garantidos. Nossos bilhões vão para o ralo. Ou para os bolsos de poucos.

Cusparada nos paulistas

Diário Popular, 02/12/99

Não foi na calada da noite. Nem por isso a manobra foi menos odiosa. Sabia-se que o governo federal estava pronto para anunciar um novo prazo, de até três anos, para os estados pagarem uma parcela de sua dívida, renegociada com o Tesouro, e que venha anteontem. São Paulo seria o estado mais beneficiado, já que era também o responsável pelo maior débito a ser liquidado, na faixa dos 2 bilhões de reais. O “perdão” provisório realmente foi anunciado. Mas São Paulo ficou fora dele. Por quê? Espante-se: à tarde, o governador Mário Covas resolveu “liquidar” aquela dívida simplesmente “entregando” o Banespa ao governo federal, para que ele seja privatizado no próximo ano.

Argumento para a doação surpreendente? Pura e simplesmente, a afirmação de que “São Paulo não quer dever ao governo fede-

ral...” A explicação, de tão cretina, é um (outro) insulto à inteligência dos paulistas. O governador Mário Covas é engenheiro, tido e havido com largos conhecimentos, no passado. A menos que esteja sofrendo de amnésia, deve saber, tanto quanto qualquer chefe de família ou dona-de-casa, que há momentos em que conseguir novo prazo para pagar qualquer dívida é ultravantajoso.

No caso do Banespa, o adiamento da dívida – e da entrega do banco – certamente seria considerado um presente dos céus pelo homem público Mário Covas que existiu no passado. Por quê? Como qualquer observador atento já percebeu, a verdade é que vem crescendo o debate sobre as distorções e negociatas das privatizações: o próprio governo FHC, agora, considera absurdos e quer revisão dos critérios para aumento de tarifas de energia e telefone (note bem: a mudança de atitude só surgiu porque o governo está preocupado com a inflação; se não fosse isso, a ladroeira continuaria).

Há a revolta contra a devolução do Imposto de Renda e de “ágios” (“mamatas” explicadas por esta coluna). Estouram críticas contra as ferrovias privatizadas. E assim por diante. Em outras palavras, acumulam-se os sinais de que o processo de privatização vai sofrer revisões, e as “vendas” já não serão tão indiscriminadas. Isto significa que o governador Mário Covas, com o adiamento da dívida, poderia ganhar tempo para esperar a re-discussão da privatização do Banespa, ou as condições em que ela seria feita.

Por que ele fez exatamente o contrário? Por que entregou o Banespa apressadamente ao governo FHC da noite para o dia? Quem é afinal o indivíduo Mário Covas que hoje ocupa o Palácio dos Bandeirantes, que tudo decide sorrrateiramente, ditatorialmente, sem abrir espaço para que a sociedade debata temas de seu interesse, ligados ao patrimônio coletivo? Ele é o oposto do homem público que mereceu milhões de votos dos paulistas ao longo de sua carreira. Que motivos o levaram a dar uma cusparada na face dos paulistas, como é o caso dessa inopinada doação do Banespa?

Os gerentes desonestos

Diário Popular, 12/12/99

Suponha que você e seus parentes resolvam montar uma lanchonete. Graças ao tempero dos sanduíches, “segredo” da família, conseguem tanto sucesso que em pouco tempo já abriram cinco, seis, vinte lanchonetes em diversos bairros. Obviamente, não poderão tomar conta de todas as unidades e precisarão contratar gerentes para elas. Suponha agora que alguns desses gerentes vendam as lanchonetes, não só com preços terrivelmente baixos, como ainda “emprestem” dinheiro da empresa aos compradores a juros incrivelmente ridículos, e também façam dívidas para pagar demissões de funcionários, ou para reformar e ampliar as lojas pouco antes de sua venda. Um absurdo, já que um gerente não pode vender o que não lhe pertence, certo? Que atitude você tomaria diante de uma situação dessas? Certamente, processaria o gerente, recorreria à Justiça.

No entanto, é isso que vem acontecendo com as “privatizações” em São Paulo e em todo o Brasil: tanto o governador Mário Covas como o presidente Fernando Henrique Cardoso são apenas “gerentes” da coisa pública, isto é, “contratados” para administrar o patrimônio e os negócios que pertencem a toda a coletividade, a todos os paulistas. No entanto, tal como os gerentes desonestos, eles vêm agindo como se fossem os donos de tudo, dilapidando o patrimônio de bilhões de reais construído ao longo de décadas ou séculos com o dinheiro dos contribuintes paulistas. Há poucos dias, eles anunciaram a transferência do Banespa ao governo federal, assinando um acordo a “toque de caixa”; na surdina, em condições que só um gerente desonesto tem coragem de aceitar; pura e simplesmente, o governador Covas abriu mão de qualquer ágio que venha a ser pago no leilão, mesmo que ele seja de bilhões de reais (ágiu, como você sabe, é aquela diferença entre o preço mínimo pedido pelo governo e o preço oferecido pelo “comprador”).

Quando o acordo foi anunciado, esta coluna advertiu que “havia gato na tuba”, isto é, que toda a pressa e as condições sem-vergonha forçosamente estavam encobrindo alguma manobra

condenável. A hipótese foi confirmada durante a semana, com a divulgação, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, das condições aceitas pelo presidente FHC para renegociar o acordo com o Fundo Monetário Internacional. Não deu outra: o FMI exigiu que o Banespa seja privatizado até junho do próximo ano, o governo FHC assumiu o compromisso e, para isso, precisou da cumplicidade do governador Mário Covas, que consumou a transferência do Banespa para o governo federal.

O povo brasileiro está dormindo. Os gerentes desonestos, como FHC e Covas, estão “torrando” todo o patrimônio dos cidadãos, em cumplicidade com o FMI, os governos e as multinacionais de países ricos. Quando acordar, o povo brasileiro vai descobrir que este foi um dos períodos mais negros da história do país, com o assalto aos bens públicos levado a pontos nunca vistos. Aí, será tarde. Reação, já.

O Congresso desperta

Diário Popular, 06/02/00

Partidos governistas aliaram-se às oposições para impedir, juntos, que os bancos internacionais continuem a aumentar seu domínio sobre o mercado financeiro e a economia do país. O estopim da reação do Congresso Nacional foi o anúncio de que o presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu permitir que bancos estrangeiros comprem até 100% do controle do gigantesco Banespa, no leilão de privatização planejado para este semestre. A notícia coincidiu, ainda, com a revelação de que o [Banco] Santander comprou o banco Bozzano Simonsen, levando junto o ex-estadual gaúcho, Meridional, já privatizado. Ao longo da semana, mais de 350 legisladores já haviam dado apoio, com sua assinatura, à proposta de emenda constitucional segundo a qual as operações de compra de bancos nacionais por banqueiros estrangeiros passam a depender do exame e da autorização do Congresso.

Até agora o presidente FHC tem decidido arbitrariamente nessa área, aproveitando-se (ilegalmente, segundo especialistas) de “bre-

cha” (texto pouco claro) na Constituição. A perspectiva de desnacionalização do Banespa, é óbvio, mobilizou inicialmente os banqueiros brasileiros — mas o fato é que ela acabou sensibilizando o Congresso. Engana-se quem acredita que, no fundo da questão, está presente apenas o lobby, o poder de pressão dos banqueiros. O fato é que, ao longo dos últimos meses, vinham crescendo os indícios de reação, também no Congresso Nacional, contra distorções da política de privatizações, desnacionalização da economia e privilégios a grupos estrangeiros.

A CPI do Senado formada para investigar o socorro do Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam, por exemplo, chegou a revelações no mínimo comprometedoras sobre o comportamento da equipe de FHC na venda do Bamerindus a um grupo estrangeiro. Mais recentemente, partidos governistas e opositoristas “derrubaram”, por unanimidade, a reforma que o senhor Armínio Fraga estava implantando no Banco Central, e que reduziria a fiscalização sobre os bancos, facilitando a lavagem de dinheiro e remessas de dólar — e, por extensão, o narcotráfico.

A abertura de debates sobre a emenda constitucional surge assim com a perspectiva de o Congresso Nacional finalmente abrir a “caixa preta” das privatizações e suas aberrações, desembocando-se na formação de uma CPI. Prioridades a serem investigadas e combatidas: o “esquartejamento” da Petrobrás e a anunciada intenção, das Telefônicas e Lights, de controlarem 100% do capital das empresas privatizadas, com danos incriveis para a economia do Brasil. Mudança a ser priorizada: fim da política de doação das estatais a grupos estrangeiros ou nacionais, substituindo essa orientação pela venda de ações ao povo, como aconteceu na Inglaterra, na França e na Itália.

Direitos na lata do lixo

Diário Popular, 30/03/00

Você pensa que a ação na Justiça pedindo a suspensão da privatização do Banespa foi “coisa de sindicato”? Nada disso. A iniciativa partiu de nada menos que 11 procuradores da República, in-

tegrantes do Ministério Público, que, como esta coluna relembrou, foi criado exatamente para defender os direitos do cidadão e da sociedade em geral, inclusive contra abusos (isto é, desrespeito às leis) dos governantes.

Para justificar o pedido, os 11 procuradores da República apontaram e demonstraram a existência de mais de 20 irregularidades, ilegalidades e inconstitucionalidades cometidas pelos governos FHC e Covas no processo de venda do banco. Vale dizer, detalhes que trarão prejuízos ao Estado, à população, como aconteceu em tantas outras “privatizações”, verdadeiros negócios da China para enriquecer grupos empresariais nacionais e multinacionais.

Os argumentos foram acolhidos, e o leilão suspenso, em uma primeira etapa. Mas o governo recorreu a um tribunal superior e o juiz anulou a suspensão. Por quê? Os procuradores da República estavam errados? Não é nada disso. Como foi explicado ontem, não é mais assim, com base em leis e direitos, que os tribunais superiores estão tomando decisões no Brasil – conforme críticas dos próprios juizes, advogados, juristas. Agora basta o governo dizer que “determinada” arbitrariedade sua “atende aos interesses nacionais” e os tribunais superiores decidem a seu favor.

Foi assim mesmo, no caso do Banespa. Os advogados do governo alegaram que, com o atraso nos leilões e na venda do banco, o governo teria um “prejuízo de 189 milhões de reais em seis meses, e de 394 milhões em um ano”.

Que cálculo é esse? Segundo os advogados do governo, se o Banespa fosse vendido – possivelmente pelo preço estimado em torno de 2 bilhões de reais –, o governo poderia usar esse dinheiro para pagar uma “fatia” de sua dívida, deixando assim de pagar juros de 19% ao ano, ou aqueles 394 milhões de reais em um ano.

O argumento é vergonhoso. Primeiro, porque o Banespa pode dar lucros acima de 1 bilhão de reais por ano, isto é, muito mais que o dobro do “prejuízo” alegado com os juros de 390 milhões de reais. Em segundo lugar, a venda do Banespa às pressas pode trazer prejuízos bilionários ao povo de São Paulo, várias vezes superior aos gastos com juros: no Rio, auditorias contratadas pelo novo

governo mostraram que o estado teve um prejuízo estrondoso, de nada menos de 12 bilhões de reais (30 vezes, ou 3.000% do valor dos juros do caso Banespa), com a privatização do Banerj, vendido na administração anterior.

Esses cálculos mostram como são falsos os argumentos que falam em “interesse nacional”. Mas, repita-se, não é esse o aspecto verdadeiramente importante da questão. Nenhuma nação sobrevive se o próprio governo passa a descumprir, sistematicamente, as leis que estabelecem os direitos e deveres dos cidadãos e governantes. No Brasil, direitos e democracia estão sendo jogados na lata do lixo, em nome de pretensos “interesses nacionais”. Com a ajuda de tribunais superiores.

As provas do crime

Diário Popular, 23/11/99

O governo do estado do Rio de Janeiro gastou 7 bilhões (com a letra bê) de reais para “preparar” o seu banco, o Banerj, para a “privatização”. O “comprador”, o Itaú, pagou apenas 310 milhões (com a letra eme), ou quase 25 vezes menos, no leilão. O governo da Bahia gastou 2 bilhões (com a letra bê) para preparar o seu banco, o Baneb, para a “privatização”. O “comprador”, o Bradesco, pagou apenas 260 milhões, ou oito vezes menos, no leilão. Três meses depois, o Bradesco recebeu de volta nada menos que 240 milhões, pagos pelo Tesouro, isto é, por todos os brasileiros. Ou seja, o Bradesco pagou apenas 20 milhões de reais, o preço de dez apartamentos de luxo, por um banco estadual, com toda a sua rede de agências, dezenas de milhares de clientes, rede de informática, caixas automáticos etc. O governo baiano ficou com dívidas de 1,7 bilhão, assim como o governo do Rio ficou com dívidas de 6,7 bilhões, o governo federal gastou 240 milhões, ou um quarto de bilhão. Os bancos compradores ficaram com os lucros e o patrimônio de bilhões de reais formado com o dinheiro dos cidadãos ao longo de décadas.

Essas aberrações são lembradas pelo jornalista Alex Ribeiro, em reportagem publicada ontem pela *Folha de S.Paulo*. Elas já

são suficientes para demonstrar que as privatizações comandadas pelo governo FHC são criminosas: as empresas e os bancos estatais não estão apenas sendo literalmente doados aos grupos privilegiados, brasileiros ou multinacionais. O assalto vai mais longe: na prática, estamos até pagando, bilhões de reais, para que os compradores “façam” o favor de embolsar o patrimônio coletivo e tenham lucros bilionários.

O esquema montado pelo governo FHC para espoliar a sociedade brasileira chega a ser maquiavélico: numa primeira etapa, a própria equipe econômica, o Banco Central, faz manobras para “inventar” prejuízos nos balanços dos bancos estatais já escolhidos para ser privatizados. Com essa falsificação, o governo FHC atinge dois objetivos. De um lado, engana a opinião pública, isto é, consegue convencer os cidadãos de que os bancos estatais não dão lucros e, portanto, é vantajoso privatizá-los a qualquer preço. De outro, essa mesma falsificação não apenas reduz o preço a ser pago pelos “compradores”, como garante que eles terão rapidamente lucros de centenas de milhões ou bilhões de reais – como ocorreu com o Bradesco e o Itaú, nas compras do Banerj e do Baneb. Lucros que seriam dos governos estaduais e do governo federal, isto é, de toda a população, e que vão para os cofres de grupos privilegiados. Responda você mesmo: os paulistas vão aceitar que o Banespa seja doado, ou, pior, vão pagar para que os banqueiros privados abocanhem o seu patrimônio?

O “rombo” da Caixa

Diário Popular, 06/07/00

De repente, os brasileiros têm outra decepção com a notícia de que a Caixa Econômica Federal também tem um “rombo” de bilhões e bilhões de reais, e que o governo teria de desembolsar esses bilhões para a CEF não quebrar. Se você está entre os decepcionados, “esfrie a cabeça”, procure a verdade – e vai descobrir que, mais uma vez, o governo e a grande imprensa estão montando um festival de mentiras com um único objetivo: convencer a opinião pública de que o melhor é “privatizar” a Caixa, vendê-la ou doá-la

a grupos estrangeiros, como já foi feito vergonhosamente com outras empresas estatais.

A “guerra de informação” é para abrir caminho à privatização, não apenas da CEF, mas também do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia, isto é, todas as instituições oficiais de crédito federais, obedecendo-se mais uma vez aos interesses dos países ricos, do Fundo Monetário Internacional e dos banqueiros internacionais. A estratégia usada contra a CEF é a mesma que foi adotada em 1996 contra o Banco do Brasil, ou contra o Banespa e outros bancos estaduais: inventa-se um grande “rombo”, apavora-se a opinião pública, que, manipulada, fica a favor da privatização.

Desta vez o tiro deve sair pela culatra. O governo está procurando lã e pode ficar nu, diante da opinião pública. Por quê? Depois de anos de apatia diante das barbaridades cometidas na venda das estatais, há agora uma forte reação no Congresso e dentro do próprio PSDB contra essas privatizações dos bancos federais, “recomendadas” em relatório de uma empresa de consultoria estrangeira contratada pelo governo FHC. A divulgação desse documento, prevendo graves prejuízos para os bancos estatais a partir do ano 2003, trouxe um efeito com o qual o governo certamente não contava: desta vez deputados e senadores não vão apenas engolir as conclusões dos estudos apresentados pelos consultores. Querem investigar todos os cálculos, e, mais ainda, se houver mesmo riscos de prejuízos pela frente, querem descobrir a sua origem, isto é, como é possível que medidas e decisões tenham comprometido os lucros de instituições gigantescas, que deveriam proporcionar ganhos fabulosos ao Tesouro.

Ao fazer um levantamento minucioso das operações desses bancos nos últimos anos, o Congresso vai descobrir duas aberrações principais.

Primeiro, que os “rombos” têm sido inventados pela equipe econômica FHC/FMI/banqueiros internacionais. Segundo, que essa mesma equipe econômica tem adotado, ano após ano, medidas escandalosas para garantir grandes lucros aos bancos privados à custa da CEF e do Tesouro. Verdadeiros crimes de lesa-contribuinte

que o Congresso ignorou, ao longo dos anos, e que agora pode desvendar. Os negócios da China envolvem o FGTS, o FCVS, os contratos de financiamento de imóveis, os juros cobrados e por aí fora, como se verá amanhã.

Como falsificar balanços

Diário Popular, 07/07/00

O governo diz que a Caixa Econômica Federal também está quebrada, com um “rombo” de 7 bilhões a 10 bilhões de reais. Mais uma vez, o governo engana a opinião pública, para convencê-la a apoiar a privatização da Caixa e de outros bancos federais e estaduais.

Se você não acredita que governantes possam se comportar como falsários, vale a pena relembrar como o “rombo” do Banco do Brasil foi inventado – e continua a ser reinventado:

- Calotes – Segundo as regras do Banco Central, os bancos estatais ou particulares devem sempre fazer “reservas”, provisões, isto é, separar uma parte de seus lucros para compensar “calotes”. Vale dizer, se empresas ou clientes não pagarem empréstimos que tomaram, o banco deve ter dinheiro “guardado” para cobrir esses “buracos”. Por quê? Porque precisam ter sempre dinheiro em caixa para devolver aos clientes que têm depósitos, ou atender a outros compromissos.
- Lucros – Logicamente, quando esse dinheiro vai para uma “reserva”, sai do faturamento e dos lucros dos bancos, reduzindo-os.
- Rombo – As “reservas” devem ser formadas sempre que surgem sinais de “calotes”. Assim, o Banco Central exige que sempre que um cliente começa a atrasar seus pagamentos, ou fica inadimplente como dizem os técnicos, os bancos já façam “reservas”, ou provisões, como medida de cautela. Quando um grande número de clientes de um banco começa a atrasar pagamentos, o valor do dinheiro separado para as reservas vai crescendo tanto que, em determinado momento, o banco não tem mais dinheiro “livre” para os demais compromissos. Está com um “rombo” – passageiro, note-se – porque tem dinheiro a receber, mas está

enfrentando uma onda de atrasos (que podem ou não virar calotes), e as reservas exigidas estão congelando seu “capital”.

- O “rombo” inventado – De acordo com as regras traçadas pelo Banco Central, na época da falsa crise do Banco do Brasil, qualquer banco devia fazer reservas, como precaução, sempre que um cliente atrasasse uma prestação dos empréstimos em mais de 30 dias – isto se o empréstimo não tivesse garantias (isto é, se o cliente não tivesse “hipotecado” carros, casas, sítios, fazendas para garantir o pagamento). Se o empréstimo tivesse garantia parcial, isto é, se os bens hipotecados tivessem um valor igual a uma parte do empréstimo, o prazo subia para 180 dias; se o empréstimo tivesse garantia total, com bens “hipotecados” de igual valor, o prazo subia para 360 dias. O que o governo fez, para inventar o rombo do Banco do Brasil?

Descaradamente, exigiu que o banco fizesse reservas para qualquer empréstimo em atraso, mesmo que ainda não tivessem estourado aqueles prazos de 30, 180 ou 360 dias previstos nas próprias regras do Banco Central. O governo FHC/FMI desrespeitou vergonhosamente as suas próprias regras (como aconteceu com o Banespa), fixadas pelo próprio Banco Central, para desmoralizar o Banco do Brasil diante da opinião pública. A manobra está sendo repetida com a Caixa Econômica Federal.



Pedágios e deboches

Afinal, somos coitadinhos?

Diário Popular, 09/01/00

Alguém enlouqueceu na TV Globo. Em meio ao noticiário sobre inundações e rodovias interrompidas, foi exibida uma reportagem sobre as estradas privatizadas nos Estados Unidos. Vale a pena você tomar nota dos pontos principais do sistema adotado lá, para comparar com o que acontece no Brasil: os governos estaduais continuam a explorar o pedágio em todas as estradas; somente três rodovias foram entregues a um grupo privado; trata-se de vias de alta velocidade com nada mais, nada menos que 16 (dezesesseis) pistas, superpostas, com viadutos imensos em alguns trechos; as rodovias foram totalmente construídas pelos “donos”, isto é, com

dinheiro deles; o pedágio cobrado é de apenas 4 dólares para utilizar toda a extensão da rodovia: quem utilizar apenas trechos intermediários, ligando cidades situadas ao longo das rodovias, não paga nada.

Como você vê, tudo o que está sendo feito no Brasil não tem nada de parecido com o que acontece no resto do mundo. Em São Paulo, paga-se até 3 reais por trechos de 30 quilômetros – preço incrivelmente escorchantemente quando comparado com os dos Estados Unidos, onde a renda da população é muitas vezes maior. Além dos preços inaceitáveis, os grupos que “ganharam” as rodovias já prontas, construídas com dinheiro dos contribuintes paulistas, não estão fazendo nada.

E aqui vai um desafio para o secretário de Transportes e o governador Mário Covas: provem que isso não é verdade, no caso, por exemplo, da rodovia que liga Campinas a Mococa, na divisa com Minas Gerais. No trecho Aguai–Casa Branca, os postos de cobrança de pedágio brotaram como cogumelos. Há imensas placas, datadas de 29 de abril do ano passado, anunciando o início da duplicação das pistas, isto é, há praticamente um ano. No entanto, como anunciado também por placas mais novas, apenas um trecho de dez quilômetros, do total de 60, seria “entregue” em breve. Vergonha.

Desse trequinho, foram abertos e asfaltados uns três quilômetros; do resto, está mal e mal rasgado o novo traçado. Quem trafega pela rodovia não vê um trabalhador, um trator, nada — mas vê operários instalando cabos telefônicos no canteiro central dos trechos construídos pelo Estado. Esses cabos, que serão “alugados” às telefônicas, renderão aluguel aos “compradores” das rodovias, um alto negócio que não entrou no preço da “venda” das estradas e empresas paulistas de energia, apesar dos protestos de técnicos.

Está na moda dizer que os governantes e seus aliados, como os “ganhadores” de empresas privatizadas, não dão nenhuma satisfação de seus atos ou negligências à população. Que o brasileiro está abandonado, entregue à própria sorte, desvalido. É só meia verdade. O brasileiro está mantendo um comportamento de “coitadinho”, que espera pela “bondade” dos governantes. Mas os governantes e

as elites só vão cumprir suas obrigações quando o brasileiro começar a protestar. Deixar de ser coitadinho para ser cidadão.

O ministro e os imbecis

Diário Popular, 12/01/00

Crescem os protestos contra o custo (e os sucessivos aumentos) do pedágio nas rodovias “privadoadas”, além da demora na execução de obras e das falhas na manutenção das vias, provocando toda sorte de transtornos para a população. Contra a parede, o governo FHC anuncia um “novo modelo” de privatizações das rodovias. As decisões e as respectivas explicações anunciadas pelo ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, confirmam que o governo FHC faz pouco da inteligência dos brasileiros:

- O custo – Segundo o ministro, o que encarece os pedágios é, principalmente, a execução de obras, como a construção de novas pistas (duplicação), “trevos” de acesso a cidades, praças rotatórias (idem) etc. Por isso, diz o ministro, o novo “modelo” prevê que o governo federal vai passar a construir as rodovias, e os novos “donos” das estradas cuidarão apenas da conservação. Gozação? Afinal, as privatizações foram implantadas pelo governo FHC/FMI/países ricos com a desculpa de que a União e os estados não tinham mais dinheiro para investir nessa área, precisando reservar recursos para cuidar de educação, saúde etc.
- As mentiras – Era uma desculpa dupla ou triplamente mentirosa – mas é atrás dela que o governo tem-se escondido. Simplesmente “esquecê-la” e manter a doação a grupos privados é um grande deboche.
- Amnésia – O ministro finge ter se esquecido de que nos últimos anos importantes rodovias estão sendo “doadas” depois de construídas – o que desmente a explicação para o pedágio escorchante. Só para refrescar a debilitada memória ministerial: a própria rodovia São Paulo–Florianópolis–Porto Alegre está sendo duplicada com um empréstimo de 1,2 bilhão de dólares do Banco Mundial. A assinatura desse acordo foi feita em cerimônia badaladíssima, em que o presidente da República fez um discurso anunciando que o go-

verno executaria tudo, o Tesouro pagaria o empréstimo – e felizes grupos privados construiriam os postos de pedágio, para cobrar dos usuários e ficar com a arrecadação. É só mandar um assessor pesquisar nos arquivos dos jornais da época, ministro.

- Da China – Aliás, para citar mais um exemplo, é bom lembrar o Rodoanel de São Paulo, obra bilionária, de custo superior a 3,5 bilhões de reais. Quando o projeto foi lançado, já se sabia que haveria privatização, isto é, o pedágio ficaria para grupos empresariais sócios do empreendimento – embora eles fossem entrar com apenas 17% dos recursos, cabendo 83% ao estado, União e prefeitura. Depois, até isso foi “esquecido”, ficando todos os gastos com os governos – isto é, os contribuintes. Privadoação, à moda Covas/FHC.

- Empréstimo – Outro pequeno aspecto esquecido pelo ministro Padilha: o BNDES, banco do governo, tem financiado as obras das rodovias privatizadas. A juros de pai para filho, que aumentam o lucro dos novos “donos”.

Há mais deboches e assaltos contra os contribuintes nas decisões do governo FHC, como veremos amanhã.

O governo FHC faz pouco da inteligência dos brasileiros.

Pedágios e deboches

Diário Popular, 13/01/00

A associação nacional das empresas transportadoras de cargas realizou um vasto levantamento sobre a situação das rodovias brasileiras e chegou à conclusão de que, delas, nada menos que 80%, ou quatro em cinco, estão em situação precária.

Quem viaja pelo interior deste Brasil garante que “precária” é uma palavra educada, educadíssima, que só uma freira usaria para definir as barbaridades encontradas. Rodovias prioritárias para suas regiões, como a que liga Ilhéus a Vitória da Conquista, em plena terra do tão-falante senador ACM, mostram a que ponto os governantes brasileiros chegaram, quando se trata de não dar a mínima satisfação à população – que, por sua vez, se comporta tão passivamente como um rebanho bovino.

Com 250 quilômetros de extensão, unindo dois dos mais ricos centros da Bahia, a rodovia apresentava, antes mesmo das chuvas recentes, trechos de quilômetros e quilômetros em que não havia buraqueira no asfalto, e sim um pouco de asfalto perdido no meio da buraqueira. As conclusões do estudo ganharam até manchetes nos meios de comunicação, nem sempre com intenções de defender os interesses da população e exigir providências dos governantes.

Neste país dominado por grandes interesses, a “jogada” era outra: convencer a opinião pública de que, no final das contas, os grupos empresariais que ganharam as rodovias “privatizadas” não merecem ser criticados por não executarem obras que impediriam o caos ocorrido na Dutra, na Imigrantes, na Anhangüera e assim por diante. “As estradas do Brasil inteiro estão horríveis, mesmo, então por que esperar que fosse diferente com as privatizadas?” – é o raciocínio maroto desse noticiário.

Resposta, esquecida: “Porque, no caso dessas rodovias, O DINHEIRO DO PEDÁGIO, CARÍSSIMO, É EMBOLSADO PELOS FELIZARDOS QUE GANHARAM ESTRADAS JÁ PRONTAS, feitas com o dinheiro do governo, da população, para explorá-las, sob a condição de mantê-las e melhorá-las”. Outros tipos desse “esquecimento”, muito vantajosos para os “donos” de rodovias, atingiram o governo FHC, que, agora, segundo o ministro dos Transportes, vai mudar algumas regras das privatizações, para “baratear o pedágio”.

Daqui pra frente, por exemplo, as prefeituras interessadas é que financiarão e construirão praças rotatórias ou trevos de acesso às suas cidades, por serem obras proporcionalmente mais caras. Puro deboche, em cima das prefeituras paupérrimas deste país, enquanto o dinheiro do pedágio fica para particulares... Outras obras caras, como viadutos, pontes, aterros etc., também não serão pagos pelos “donos da estrada”, e sim pelos estados ou pela União...

Finalmente, o ministro diz que serão reduzidos ou eliminados os serviços de apoio aos usuários das estradas, como telefones de emergência, carros-reboque, equipes de socorro, “que são caros”. Alegação do ministro: apenas uma pequena parcela dos veículos é atingida por acidentes. Então, que tal fechar as cadeias, pois apenas uma pequena parcela da população comete crimes?

Crime sem castigo?

Diário Popular, 13/02/00

A pressa em agir não é apenas suspeita. Ela pode ser uma manobra para evitar investigações e descobertas de escândalos tão ou mais graves. Há pouquíssimos dias, este jornal denunciou que o governo Covas estava proporcionando lucros bilionários aos “ganhadores” das rodovias privatizadas – e, conseqüentemente, causando prejuízos idem ao povo paulista. Por quê? Os contratos previam que o Estado teria, além de uma fatia da arrecadação do pedágio, também uma participação de 3% no faturamento que os novos “donos” das estradas viessem a ter com a exploração de outras fontes de renda. Exemplos? O “aluguel” exigido de empresas que instalam painéis de publicidade à margem das vias, ou quiosques idem, ou até mesmo restaurantes em certos locais. Até aí, tudo entendido. Acontece porém – e essa foi a revelação feita pelo *Diário Popular* – que os contratos deixaram de fora a verdadeira “mina de ouro”, a saber, as chamadas infovias, ou redes de cabos de telecomunicação, para uso de empresas telefônicas, internet etc., que estão sendo instaladas nos canteiros centrais das rodovias.

Surgida a denúncia, o governo Covas tentou justificar-se, alegando que a tecnologia das infovias era “muito nova”, isto é, insinuou que ela surgiu após os contratos – uma mentira que esta coluna contestou. Os “ganhadores” das rodovias, por sua vez, prontamente rejeitaram a idéia de rever os contratos, alegando que qualquer alteração lhes traria prejuízos. Para surpresa geral, passados poucos dias, não apenas os contratos passaram a prever uma “fatia” da renda das infovias para o Estado, como essa fatia, para todos os casos, deu um salto gigantesco, de 3% para 25%.

O governo Covas merece aplausos por essa mudança? Ao contrário. É tudo gravíssimo, comprometedor, exigindo que a Assembleia Legislativa, que já mantém uma CPI para investigar os pedágios, faça uma devassa em toda a política de privatizações do governo Covas. O simples fato de os “compradores” terem aceitado um aumento de mais de 700% na participação do estado, de 3% para 25%, é uma prova incontestável de que o governo Covas ha-

via estabelecido condições vergonhosamente desvantajosas para o povo paulista nesses contratos. A rapidez com que a mudança foi aceita é uma outra prova, e mostra a intenção de colocar rapidamente uma pedra sobre o assunto, na base da desculpa de que “o erro já foi corrigido”.

A opinião pública não pode aceitar esse argumento. Falso. Houve um crime contra o patrimônio coletivo, contra o povo paulista, e nada garante que mesmo a cobrança nova não deva ser superior. Um crime que somente não vingou porque houve a denúncia da imprensa. Há outros exemplos de aberrações nas privatizações do governo Covas, que exigem revisão.

LEMBRETE – para você e o povo paulista não continuarem a ser assaltados, acompanhe de perto os trabalhos dos deputados. Telefone, pressione. Apóie aqueles que defendem a realização de investigações. Manifeste sua indignação àqueles que vivem tentando engavetá-las. Mexa-se.

Eles são despreocupados

Diário Popular, 28/04/00

Os paulistas terão prejuízos de centenas de milhões de reais, ao longo dos anos, com aberrações na privatização das rodovias do estado. Como foi apurado pela CPI da Assembléia, os contratos assinados pelo governo Covas previram que o estado teria uma participação no pedágio arrecadado e outras receitas obtidas pelas empresas que “ganharam” as rodovias – mas não determinaram essa participação também no “aluguel” cobrado pelo uso das chamadas infovias, ou redes de cabos para uso das telefônicas, internet etc. Uma fonte de renda que, segundo os especialistas, pode render mais do que os próprios pedágios. A CPI quer a revisão dos contratos.

Questionado pela imprensa sobre essa hipótese, o secretário dos Transportes não deixou por menos e fuzilou uma resposta: “O governo Covas está preocupado com o problema social, não com o aluguel de conduítes”. Então, tá. Se você pensava que a solução

dos problemas sociais dependia de o governo dispor de recursos para enfrentá-los, esqueça.

Aproveite a lição do governo Covas, que não se preocupa em arrecadar aquilo a que o estado tem direito, nem em vender a preço justo o que pertence ao estado, isto é, ao povo paulista. Se você pensava, também, que alguma coisa não cheirava bem nas privatizações do governo Covas (e do governo FHC), esqueça as hipóteses de favorecimento para encher os cofres de empreiteiras e grupos empresariais, com dinheiro pertencente ao povo paulista.

No próprio caso das rodovias, os representantes do governo Covas ouvidos pela CPI fizeram uma revelação incrível: não houve cálculos sobre movimento de veículos e, portanto, do “faturamento” previsto, para fixar o preço do pedágio nas rodovias privatizadas – e que arrancam bilhões de reais do povo paulista. Foi tudo na base do “chute”. Absurdo que enriquece as empreiteiras? Ora, o governo Covas não tem tempo para cuidar do dinheiro da população, está “preocupado com o social”. Aliás, como você deve ter visto, isso ficou claro mais uma vez com o leilão realizado esta semana para “privatizar” o serviço de distribuição de gás na região Sul do estado, que antes seria explorado pela Comgás, estatal que também já foi “doada”. O governo paulista, sempre despreocupado, havia pedido um preço ridículo, de 95 milhões de reais, para a “venda”. A operação foi fechada por um preço 4,5 vezes maior, ou 535 milhões de reais, oferecido por um grupo francês-italiano (as multinacionais continuam a abocanhar todas as fontes de energia do país: petróleo, gás, eletricidade, graças a FHC/Covas & Cia.).

Não há motivos para festejar. Nas privatizações, a diferença entre o preço pedido pelo governo e o preço oferecido e pago pelo “comprador”, o chamado ágio, acaba tendo uma parte devolvida ao comprador pelo Tesouro – isto é, pelo povo. Claro que você não está pensando que existe o risco de os governantes pedirem preços exageradamente baixos, de propósito, exatamente para haver um ágio alto e devolução de bilhões de reais aos “compradores”. Deve ser só falta de preocupação com essas bobagens, como o dinheiro do povo.



Hora de descruzar os braços

Hora de descruzar os braços

Caros Amigos, nº 39, junho de 2000

Desde a posse de FHC, quem percorria o Brasil de norte a sul para participar de debates ou seminários encontrava sempre o mesmo quadro. Sindicalistas, estudantes, professores, agricultores, empresários e até jornalistas a se queixarem da total falta de espaço para “o outro lado”, a contestação da política oficial, nos meios de comunicação. A unanimidade em torno da constatação do “alinhamento” da imprensa, porém, não passava do queixume e da sensação de impotência, traduzindo-se em total conformismo diante da situação.

Uma atitude que, por sua vez, desembocava em um cinismo amargo sobre “nossa profissão” e a pretensa inevitabilidade de se

dobrar aos interesses defendidos nestes últimos anos pelas empresas jornalísticas. Sem apelar para o otimismo excessivo, pode-se sentir que há mudanças no ar. O longo período de passividade – de longe, muito mais tenebroso do que os anos de ditadura militar – parece aproximar-se do fim. Nas salas de aula do curso de jornalismo, nos debates promovidos por sindicatos ou entidades empresariais, nas próprias ruas e em conversas com o cidadão comum, o conformismo submisso vai sendo substituído por sugestões de reação – mesmo à custa da perda de emprego, no caso de estudantes de jornalismo que já trabalham em redações.

Ironicamente, a metamorfose foi provocada pelo próprio governo FHC e pelos meios de comunicação aliados, que, decididamente, perderam a noção de qualquer limite na desavergonhada cobertura da pancadaria em Porto Seguro e nas sórdidas reportagens sobre o MST, “plantadas” pelo Planalto nas revistas semanais, em uma primeira etapa, e nos grandes jornais, logo a seguir. Houve um claro erro de cálculo, na ofensiva “contra a baderna”, “contra os comunistas” – tudo a sugerir que o Brasil precisa de um presidente da República com poderes semelhantes aos de Fujimori. A manipulação sutil dos últimos anos, representada por manchetes enganosas e “pinçamento” de dados otimistas, foi substituída pelo ataque debochado, pela deformação total da informação. Resultado: até o cidadão comum, enganado pelos formadores de opinião nos últimos anos, se deu conta da manobra.

E a vontade de reagir tomou o lugar da passividade, no caso dos discordantes. De nada vale questionar se o próprio momento vivido pelo país, com a sociedade saturada pelos anos de recessão, desemprego, corrupção, não é o responsável pela transformação. Pode-se contra-argumentar, apenas como dever de ofício, que outros momentos semelhantes, como as denúncias sobre o grampo do BNDES e seu subsequente “esquecimento” pela grande imprensa, não provocaram a mesma comoção. Constatava-se, resignava-se e aceitava-se a “realidade” nacional. O que importa, nessa “virada”, é que ela seja ampliada, cristalizada, com a participação e a articulação dos “excluídos do debate” nos últimos anos.

A reação tem-se manifestado de forma espontânea, geralmente ainda individual, na troca de e-mails ou telefonemas, nos bate-papos ou ao longo de aulas e debates. Não é o suficiente, ainda, para desencadear uma onda de pressões que levem os meios de comunicação a abandonar o comportamento de lesa-sociedade dos últimos anos. PS: se surgisse a decisão de escolher um slogan para esse movimento da sociedade, nossa sugestão apontaria para o exemplo do sempre límpido Chico Buarque, que embargou um vídeo preparado para a Feira de Hannover, exigindo que sua música “O que será” fosse excluída da trilha sonora, conforme noticiado pelo *Estadão*. O slogan? Algo na linha “Faça como o Chico. Comece a dizer não.” Obrigado, Chico.

Na trilha argentina

Repetindo: quem quiser saber realmente o que está acontecendo com a economia do país deve ler sempre as últimas quatro linhas das notícias. É lá que os jornalistas escondem o que é importante. No final de maio, todas as manchetes anunciavam que o Tesouro havia obtido outro saldo positivo em suas contas, em abril, com as receitas superando as despesas em 4 bilhões de reais. No texto, aquela repetição enjoativa de que o Brasil está fazendo o ajuste, vai cumprir a meta do FMI, de tantos por cento do PIB pra cá, outros tantos por cento do PIB pra lá et cetera e tal. Nas últimas quatro linhas, a informação do secretário do Tesouro brasileiro, Fábio Barbosa: em abril, a dívida líquida do Tesouro aumentou em 13,1 bilhões de reais, por causa da “expansão da dívida externa” e de “juros incorporados, no valor de 6,2 bilhões de reais”.

O que significa esta última cifra? Ela ajuda a entender o pantanal em que o Brasil está atolado, sem saída, a menos que rompa com o FMI. Por “juros incorporados” entendam-se juros que o governo não pagou com dinheiro vivo, isto é, precisou emitir títulos, mais “papagaios”, para cobri-los. E o saldo de 4 bilhões de reais? Foi usado, sim, para pagar 4 bilhões em juros – além dos 6,1 bilhões de reais “papagueados”. Ou, em resumo: no total, os juros

chegaram a 10,2 bilhões de reais. Em um mês. O Brasil segue a trilha da Argentina, que anunciou novo “pacote de ajuste”, agora cortando aposentadorias e reduzindo os vencimentos dos funcionários. A Argentina, antes mesmo do Brasil, iniciou as privatizações, apresentadas como uma “reforma” para “reduzir a dívida do governo e eliminar o rombo”. A Argentina vendeu tudo: ferrovias, empresas de energia, telefônicas, portos, e até sua Petrobrás (a YPF) e seus equivalentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Vendeu tudo, tudo. Agora está de calças na mão, nas mãos do FMI, sem patrimônio e sem o lucro das estatais, que ajudavam a reduzir o déficit (como Malan, na carta de intenções com o FMI, reconheceu que acontecia no Brasil, lembrando-se que a Telebrás teve um lucro de 4 bilhões de reais em 1997, último ano antes da privatização). A privatização não reduziu nem a dívida nem o déficit da Argentina. Exatamente como no Brasil, com o Tesouro devorado pelos juros mesmo depois da venda da maioria das estatais – e até do início do desmantelamento da Petrobrás, com a entrega, a multinacionais, de áreas riquíssimas em petróleo que a empresa descobriu. E o Congresso Nacional, hein?

O mundo está assistindo a taxas de crescimento econômico fantásticas nos países que desafiaram o FMI, Clinton, os países ricos e as imposições neoliberais de abertura de mercado às multinacionais e suas importações, e à livre circulação dos capitais especulativos. No primeiro trimestre do ano, a Malásia, que estabeleceu controles sobre os capitais, cresceu 11,7%. A Coréia do Sul, que reduziu rapidamente as taxas de juros após a crise de 1997, cresceu fantásticos 12,5%. A Rússia, que decretou a moratória em agosto de 1998, cresceu 8%. Ah, sim: e a China continua a crescer no ritmo de 8% ao ano. (Quem se lembra da reportagem da famosa revista *The Economist*, dois anos atrás, dizendo que o fabuloso crescimento chinês estava com os dias contados, que o país caminhava para uma grande crise? Era tudo propaganda vergonhosa contra os países que não aceitavam as imposições neoliberais... Na guerra neoliberal, pelo assalto dos países ricos contra o patrimônio dos demais, vale tudo.)

Mudança e esperança

Diário Popular, 16/07/00

Não é só o rumoroso caso envolvendo o Palácio do Planalto e o ex-juiz Nicolau, não. Repetem-se fatos indicando que o povo brasileiro está diante de mudanças que podem levar ao fim do ciclo de impunidade, assalto ao patrimônio coletivo (de todos nós) e políticas adotadas por governantes a serviço de elites ou grupos. Entre esses atos, alguns merecem ser citados, analisando-se ainda seu significado.

• Vale do Rio Doce – o Judiciário determinou investigação sobre a privatização da empresa, vendida a “preço de banana” há alguns anos, para apurar eventuais prejuízos ao Tesouro, isto é, a todos nós. Foi determinada, inclusive, a quebra do sigilo bancário e telefônico de empresários e funcionários do governo envolvidos na operação. A mudança: na época dos leilões, as oposições tentaram bloquear a venda da Vale, lembrando inclusive que ela possuía fabulosas jazidas de ouro e minerais estratégicos sequer avaliados. A Justiça, na época, deu a vitória ao governo. Significado da mudança: nos últimos anos, mesmo quando os juízes concordavam com as denúncias de que havia irregularidades ou até ilegalidades nas operações e decisões do governo, acabaram aceitando um argumento. Qual? Que “o interesse nacional estava em jogo”. Ou mais claramente: no caso, o governo dizia que era preciso privatizar rapidamente para reduzir o “rombo” do Tesouro, ou ele criaria tantos problemas que o Real acabaria despencando e a inflação voltaria. Esse tipo de argumento, “defesa do interesse nacional”, acabou permitindo que o governo FHC cometesse as maiores barbaridades nos últimos anos. A decisão da Justiça sobre a Vale mostra que ele já não tem mais força. Os “negócios especiais” do governo, os privilégios a determinados grupos passam a ser questionados e investigados. Sem “operações-abafa”.

• Banespa – a decisão do Supremo, mantendo a suspensão do leilão de venda do banco paulista, tem exatamente o mesmo significado da deliberação sobre a Vale. Tintim por tintim.

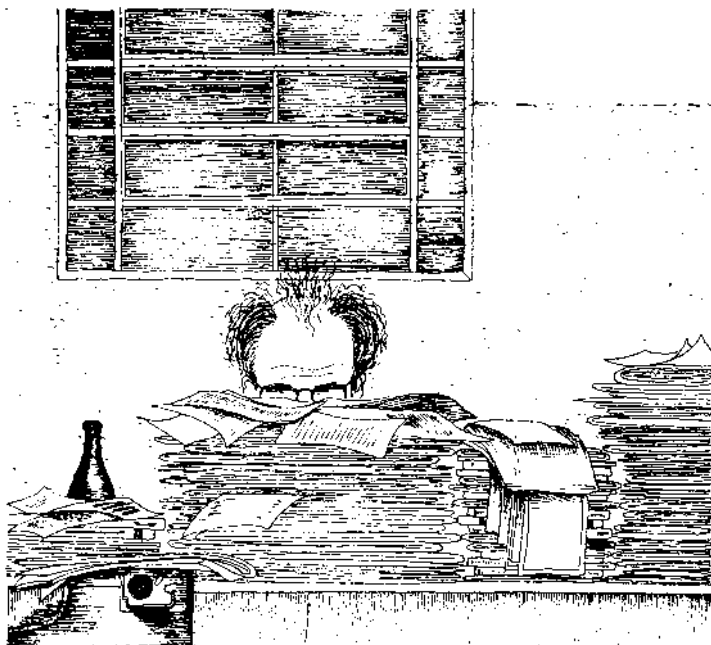
- Congresso Nacional – senadores e deputados, ao aprovarem as diretrizes do Orçamento federal para o próximo ano, introduziram uma inovação revolucionária. As políticas de empréstimos do governo, através de seus grandes bancos como BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica, terão de ser discutidas e aprovadas pelo Congresso. O governo não poderá mais emprestar apenas aos “grupos amigos” ou “multinacionais amigas”. Terá de usar seus bancos em proveito de toda a sociedade. Por exemplo: canalizar empréstimos para setores capazes de criar grande número de empregos.

- Ministério Público – não é preciso dizer nada a respeito dos jovens promotores que, nos últimos anos, vêm guerreando para garantir o cumprimento da lei, desafiando os donos do poder no Brasil. Todos os conhecem.

Nos últimos anos, parecia inútil lutar contra os abusos e desmandos de governantes e elites porque “não acontece nada”. Daí a apatia da sociedade. Agora Judiciário, Legislativo e Ministério Público indicam o caminho das mudanças. A apatia não se justifica mais.

Aloysio Biondi

Jornalista econômico, colaborou durante 44 anos com reportagens e análises para jornais e revistas. Começou na *Folha de S. Paulo* em 1956, ocupando o cargo de editor-executivo do caderno de Economia, que o jornal (já) mantinha na época. Ocupou os cargos de secretário de redação da *Folha de S. Paulo* e da *Gazeta Mercantil*. Foi diretor de redação do *Jornal do Comércio* (RJ) e do *Diário Comércio & Indústria* (SP). Também foi editor de economia das revistas *Veja* e *Visão* e editor de mercado de capitais ("pioneiro", em 1969) de *Veja* e do jornal *Correio da Manhã*. Foi diretor editorial do grupo DCI/Shopping News. Ganhou dois Prêmio Esso de Jornalismo Econômico: 1967, revista *Visão*, e 1970, revista *Veja*. Faleceu em julho de 2000, na cidade de São Paulo.



Perseu Abramo, um abraço da -fa-

A 3ª reimpressão de *O Brasil privatizado II* foi realizada na cidade de São Paulo em agosto de 2003 pela Bartira Gráfica. A tiragem foi de 2.000 exemplares. O texto foi composto em Georgia no corpo 10/13,7. Os fotolitos da capa foram executados pela Graphbox e os *laserfilms* fornecidos pela Editora Fundação Perseu Abramo. A capa foi impressa em papel Hi-Bulk 350g; o miolo foi impresso em Offset 75g.